Companhia Docas do Espírito Santo – CODESA

CNPJ: 27.316.538/0001-66
Rua Izidro Benezath, 48 (3° e 4° andares) - Enseada do Suá, Vitória - ES, 29050-300
http://www.codesa.gov.br

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 2020

1- MENSAGEM DA DIRETORIA

Quando, no futuro, fizermos uma retrospectiva para avaliar o ano de 2020, certamente virá à tona as memórias de uma triste pandemia. Uma circunstância que alterou não apenas as relações sociais, as pessoas, mas também desafiou as instituições.

Impactado por este novo cenário, o Porto de Vitória experimentou, no primeiro semestre de 2020, uma queda no volume de movimentações. Sua tipologia de carga não lhe permitiu extrair proveito da exportação de commodities agrícolas. Vitória não está no corredor de exportação do Centro-Oeste brasileiro e, portanto, não se beneficiou da safra recorde de 2020 e da variação cambial favorável à sua exportação. Houve queda na demanda de importações. A economia desacelerou. Surgiram dificuldades em adotar técnicas estimativas em meio a tanto ineditismo. Era o momento, portanto, de se reinventar e de intensificar as boas práticas que passaram a fazer parte da rotina desta Companhia a partir do choque de gestão iniciado em 2019.

Em primeiro lugar, cuidou-se das pessoas! Medidas de enfrentamento à COVID-19 foram tempestivamente adotadas na Empresa e a eficácia das ações se fez perceptível. Fora possível manter a continuidade das atividades portuárias, essenciais ao atendimento da população, ao mesmo passo em que se protegeu aqueles que contribuem para construir a história centenária deste Porto.

E, para recuperar o "tempo perdido", o time da CODESA fez uso de inteligência competitiva, equacionou as perdas ocorridas no primeiro semestre e logrou aproximar-se do bom resultado das movimentações ocorridas no ano anterior. Neste contexto, revelou-se acertada a estratégia de se lançar processos seletivos simplificados para celebração de contratos de arrendamento transitório. A um só passo, diminuiu-se a ociosidade do porto organizado, renegociou-se preços há muito já defasados, desenvolveu-se novos negócios. Nos últimos dois anos, a CODESA registrou as suas melhores marcas de movimentação desde a reformulação do Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias (FUNDAP), feito que merece ser celebrado, sobretudo, porque conquistado em meio a um cenário macroeconômico pouco favorável.

Uma vez recuperado o volume de movimentações, abriu-se caminho para que a CODESA registrasse o melhor resultado contábil de sua história, com um superávit de 29,6 milhões de reais. Este resultado é fruto de uma equação simples, mas que exigiu empenho incessante ao longo de 2020. Se, de um lado, os esforços comerciais nos levaram à preservação do fluxo de receitas, por outro lado, houve uma representativa queda das despesas. Aqui percebeu-se que as decisões de saneamento inauguradas em 2019 foram capazes de entregar um resultado histórico à sociedade: em um momento em que não foi possível alavancar as receitas, valeu-se da racionalização das despesas.

E estes números não devem ser tomados isoladamente. Eles assumem densidade quando cotejados com o evidente incremento na governança da Companhia: neste ano houve expressivo recorde na quantidade de licitações realizadas; higidez e economicidade nos processos de contratação pública; demonstrações contábeis dotadas de densidade técnica e, pelo segundo ano consecutivo, livres de qualquer ressalva dos órgãos de auditoria; completa reestruturação da política e das práticas de tecnologia da informação; controles eficientes dos pagamentos; baixos níveis de inadimplência dentre os clientes; comunicação dinâmica e integrada com as redes sociais.

São muitas as conquistas, bem se diga, reconhecidas pela sociedade. Talvez, o símbolo maior deste reconhecimento esteja no fato de que CODESA, em 2020, figurou entre as melhores estatais federais do país em responsabilidade fiscal, integridade e transparência. Em quatro ciclos de avaliação, o índice de desempenho da CODESA subiu 140%, o que colocou a Companhia Docas do Espírito Santo no grupo de elite, ao lado das instituições públicas exemplares em gestão, segundo critérios do Indicador de Governança da Secretaria de Governança das Empresas Estatais (IG – Sest), do Ministério da Economia.

Seja como for, a CODESA é uma empresa de serviços portuários e não pode perder de perspectiva a sua própria razão de existência. E, por isso, uma silenciosa transformação está se consolidando no âmbito das operações portuárias. Houve a alteração na Norma de Atracação e do Regulamento de Exploração do Porto; novos padrões de produtividade por carga foram fixados e ocorreu uma revisão dos mecanismos de aplicação de sanções por seu descumprimento; melhorias no registro das informações; adotou-se tripla checagem e novas rotinas de monitoramento diário, além de relatórios mensais de desempenho de todos os operadores. Também aqui os números são eloquentes: incremento de produtividade média em 33,86%; aumento na consignação dos navios em 18,79%; diminuição do tempo de estadia médio em 11,26%; e, por fim, diminuição da fila de espera média em 21,21%.

Tudo isso, aliado à adoção de tecnologias que assumem protagonismo na comunidade portuária nacional e que consolidam o destaque da CODESA. Como exemplo, vale o registro de que a Companhia Docas, em 2020, passou a manter e a operar o seu controle de tráfego marítimo (VTMIS - *Vessel Traffic Management Information System*) com recursos financeiros próprios, num investimento que garante a segurança da navegação e que preserva vidas.

Por fim, o ano que passou será também lembrado pela realização da histórica consulta pública no mês de dezembro, que avançou o ano de 2021 e que teve por finalidade debater a implantação do inédito modelo de concessão portuária. O Governo Federal avança a passos largos e firmes para fazer da CODESA o primeiro caso de um porto organizado concedido e gerido sob o modelo de private landlord no País. Neste contexto, uma reflexão tem sido recorrente: "diante de tantas conquistas recentes, não seria o caso de manter a CODESA sob o modelo de gestão estatal?"
Para aqueles que seguem essa linha de raciocínio, a realidade se impõe. As Companhias Docas, em geral, têm um histórico marcado por sobressaltos em seus resultados. E essa variação ocorre subitamente, à mercê, inclusive, de contextos políticos. A isso se soma a incapacidade de investimentos com recursos próprios, a recorrência de passivos trabalhistas milionários, a letargia para celebrar negócios e para atrair cargas, o excessivo custo regulatório, a falta de paridade de armas para competir com portos privados em ambiente concorrencial etc. E as consequências disso não residem apenas no discurso. Tomam forma no mundo de carne e de osso, revelando-se na vida dos cidadãos como preços altos, ineficiência, desemprego.

Dizer que os números recentemente alcançados justificariam a manutenção do modelo atual, pode até soar como um elogio. Mas não sucumbimos a esta tentação. Não temos nenhum ímpeto de pessoalidade. O resultado mais uma vez anima, mas não deve ser sobrevalorizado. Ainda é muito tímido quando comparado com o que está por vir após a implantação do modelo de private landlord. Para fazer deste prognóstico uma realidade, será necessário dotar a futura administradora do porto de uma liberdade empresarial que não é compatível com o modelo estatal vivenciado pela CODESA hoje. A nova administradora deverá reunir a capacidade de investir rápido e de negociar com dinamismo, sempre observando as diretrizes regulatórias e harmonizando seus legítimos interesses econômicos com os interesses da coletividade.

Portanto, nesta despedida ao ano de 2020, convidamos a sociedade e o time da CODESA para celebrar as conquistas até aqui empreendidas com muito esforço, sem perder de perspectiva o desafio de demonstrar que a casa está sendo arrumada, mas que não há nenhum espaço para devaneios. Em 2021, continuaremos navegando até implantar um novo modelo de gestão para o nosso porto público! Que o Porto de Vitória lance luz para todo o País!

Antonio Julio Castiglioni Neto
Diretor Presidente da CODESA

2 - RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 2020

Demonstrações de Resultado da CODESA (2016-2020)

	2016	2017	2018	2019	2020	Variação 2016-2020	Variação 2019-2020
Receita Bruta	**134.131.401**	**138.917.796**	**144.661.958**	**154.628.161**	**146.797.951**	**9,44%**	**-5,06%**
(-) Deduções	(14.918.625)	(15.397.145)	(15.875.039)	(16.994.176)	(15.733.465)	5,46%	-7,42%
Receita Líquida	**119.212.776**	**123.520.650**	**128.786.919**	**137.633.985**	**131.064.486**	**9,94%**	**-4,77%**
(-) Custos Serviços Portuários	(59.664.931)	(66.242.529)	(66.313.821)	(64.895.097)	(54.067.343)	-9,38%	-16,69%
Resultado Operacional Bruto	**59.547.845**	**57.278.121**	**62.473.098**	**72.738.888**	**76.997.144**	**29,30%**	**5,85%**
(-) Despesas Administrativas	(62.041.308)	(67.532.412)	(69.578.302)	(72.015.279)	(47.811.275)	-22,94%	-33,61%
(-) Despesas Tributárias	(1.201.360)	(813.965)	(952.204)	(838.990)	(203.989)	-83,02%	-75,69%
(+/-) Outras Rec/Desp Operacionais	5.742.632	(8.304.780)	(2.653.798)	(7.047.690)	10.737.534	86,98%	-252,36%
Resultado Operacional Antes de Resultado Financeiro	**2.047.810**	**(19.373.036)**	**(10.711.206)**	**(7.163.070)**	**39.719.414**	**1.839,60%**	**-654,50%**
(+/-) Receitas Financeiras Líquidas	10.107.181	7.934.233	3.448.848	5.011.243	7.278.763	-27,98%	45,25%
(+/) Variação Monetária At./Pas.	(11.407.832)	(14.186.362)	(11.386.752)	(11.675.561)	(11.408.556)	0,01%	-2,29%

Assinado digitalmente pelo DIO - DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO Data: Quinta-feira, 22 de Abril de 2021 às 22:40:50 Código de Autenticação: c440ca4

Lucro Op. Antes IR/CS	**747.159**	**(25.625.164)**	**(18.649.110)**	**(13.827.387)**	**35.589.621**	**4.663,33%**	**-357,38%**
(-) Imposto de Renda e CSLL	-	-	-	-	(5.996.466)	-	-
Lucro Líquido do Exercício	**747.159**	**(25.625.164)**	**(18.649.110)**	**(13.827.387)**	**29.593.154**	**3.860,76%**	**-314,02%**
EBITDA	**10.172.888**	**(11.686.259)**	**(3.134.393)**	**454.876**	**50.761.430**	**398,99%**	**11.059,39%**
MARGEM EBITDA	**8,53%**	**-9,46%**	**-2,43%**	**0,33%**	**38,73%**	**353,87%**	**11.618,75%**

Tabela 1 - Histórico de Demonstrações de Resultado (2016 a 2020). Fonte: CODFOR

2.1 - DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

A CODESA no ano de 2020 obteve seu maior lucro contábil na série histórica: um recorde de R$ 29,59 milhões. Ainda que em face do cenário de recessão da economia brasileira do último ano em decorrência do surgimento da pandemia do COVID-19, a Companhia manteve o foco na recuperação dos resultados econômicos e financeiros mediante a promoção de ações voltadas para o controle de gastos e aumento das receitas operacionais.

No exercício de 2020, a Companhia totalizou R$ 146,80 milhões de Receita Bruta, valor 5,06% menor ao apurado no exercício anterior, enquanto a Receita Líquida foi de R$ 131,06 milhões, resultado 4,77% abaixo do registrado em 2019. A queda na receita foi motivada tanto pela não renovação do contrato de Preferência de Atracação, que a Companhia detinha com um dos arrendatários na ordem de R$ 8,26 milhões, quanto pela receita extraordinária auferida no exercício de 2019. Cabe ressaltar que as receitas advindas de tarifas de utilização da infraestrutura apresentaram um crescimento de 7,13% em 2020, quando comparado ao exercício anterior, em decorrência da política de recomposição inflacionária das tarifas do Porto de Vitória.

Os Custos dos Serviços Portuários tiveram uma significativa redução de 16,69%, fechando o ano de 2020 com a soma de R$ 54,07 milhões, ante os R$ 64,90 milhões de 2019. Na sua composição, o de maior representatividade, cerca de 35%, é o custo relacionado com pessoal, que registrou uma redução de 24,06% na comparação entre os anos de 2020 e 2019. Esta redução é reflexo das medidas saneadoras iniciadas em 2019 pela Administração da Companhia, que promoveu a redução do quadro de empregados, seguindo a recomendação da Controladoria Geral da União (CGU) e do Ministério da Economia/SEST. Os Custos dos Serviços Portuários não alcançaram queda mais expressiva em razão do crescimento de 42,56% nos custos de depreciação em 2020. A empresa promoveu ajustes no Ativo Imobilizado no final do exercício de 2019, o que em sua maior parte é reflexo das transferências de bens que ainda estavam classificados no grupo de obras em andamento, os quais entraram em operação neste exercício.

Mesmo diante das dificuldades apontadas anteriormente, que resultaram na queda da Receita Bruta, mas, com a manutenção do rigor no controle dos custos, a Companhia, pelo segundo ano consecutivo, aumento em seu Resultado Operacional Bruto: registrou a marca de R$ 77 milhões, ante os R$ 72,74 milhões apurados em 2019, representando um acréscimo de 5,85%.

Por sua vez, as Despesas Administrativas somaram, em 2020, R$ 47,81 milhões, o que representa uma redução expressiva de 33,61% em relação a 2019. Os itens de Pessoal, Encargos Sociais e Assistenciais somaram em 2020, R$ 35,33 milhões, e na comparação com o exercício anterior representa queda de 22,55%, também em decorrência da redução do quadro de empregados. Já as despesas com serviços de terceiros e despesas relacionadas a Ações Judiciais registraram quedas acentuadas de 46,28% e 74,06% em relação a 2019, respectivamente.

Importante ressaltar que as medidas de contenção de gastos com pessoal e serviços de terceiros não representaram uma redução do nível de serviço prestado, como poderá ser observado nas diversas melhorias de gestão apresentadas neste relatório.

Também foi destaque no ano de 2020 a rubrica Outras Receitas/Despesas operacionais, que apresentou reversão do resultado negativo da ordem de 252,36%, totalizando R$ 10,74 milhões em 2020, ante R$ 7,05 milhões negativos em 2019. Parte desse resultado se deve ao criterioso trabalho de provisionamento desenvolvido pela Gestão, que possibilitou um menor número de ações judiciais classificadas como perda provável. Com isso, a rubrica de provisões judiciais apresentou uma queda significativa de 83,40% em relação ao ano anterior. Outro fator de influência foi a contabilização na rubrica de Reversões Operacionais de um valor da ordem de R$ 12 milhões, fruto do exaustivo trabalho de recuperação de crédito promovido pela Companhia no ano de 2020. Deve-se frisar que se trata de uma receita não recorrente, e, portanto, não se repetirá nos próximos exercícios.

Deste modo, o Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro da Companhia registrou um inédito superávit da ordem de R$ 39,72 milhões em 2020, invertendo o déficit de R$ 7,16 milhões apurado em 2019.
Por sua vez, Receitas Financeiras Líquidas, compostas, principalmente, pelos rendimentos das aplicações financeiras e os juros e atualizações monetárias, registraram em 2020 o resultado de R$ 7,28 milhões, num aumento de 45,25% na comparação com os R$ 5,01 milhões registrados no ano anterior.

Outro ponto de destaque é a Variação Monetária Ativa e Passiva, que registrou no ano de 2020 um déficit de R$ 11,41 milhões ante os R$ 11,68 milhões apurados em 2019, o que representa um decréscimo de 2,29% na comparação entre os exercícios. Nesta rubrica registram-se os gastos líquidos com a atualização monetária dos passivos, que por muitas vezes não estão sob o controle da CODESA e é composta, basicamente, pela atualização do saldo da conta de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC). Deve-se ressaltar que, esta rubrica, não gera efeito sobre o caixa da empresa.
A Companhia Docas do Espírito Santo registrou, no exercício de 2020, o inédito Lucro Líquido de R$ 29,59 milhões, recorde da série histórica. O resultado é fruto de todo trabalho realizado pela Gestão, iniciado em 2019, que, após três anos de prejuízos contábeis, reverteu o grave cenário que se apresentava, recuperando uma trajetória de sustentabilidade financeira da Companhia.

Por fim, O EBITDA, indicador que representa o Lucro antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, registrou, em 2020, o expressivo resultado positivo de R$ 50,76 milhões, num aumento de 11.059,39% em relação a 2019, o que ressalta o desafio superado pela Companhia, e corroborando para a plena recuperação da sua capacidade de geração de caixa, mesmo em um cenário de recessão econômica mundial.

2.2 - DESEMPENHO OPERACIONAL

O Porto de Vitória movimentou 6,945 milhões de toneladas no ano de 2020, com uma redução marginal de apenas 0,62% em relação ao ano de 2019, o que representa um bom resultado tendo em vista a retração da atividade econômica mundial em decorrência da Pandemia da COVID-19. Importante frisar que 2020 registrou a segunda maior movimentação dos últimos 10 anos, abaixo apenas do resultado alcançado em 2019.

Pelo terceiro ano consecutivo, os Terminais Arrendados movimentaram um maior volume de carga do que os Terminais Públicos. Enquanto os Terminais Arrendados apresentaram um crescimento de 0,87% em relação a 2019, totalizando 3,744 milhões de toneladas, os Berços Públicos tiveram uma redução de 2,31% em relação ao ano anterior, e totalizaram 3,201 milhões de toneladas movimentadas em 2020. Destaques para o Terminal de Vila Velha, que teve uma participação de 44,43% no total de carga movimentada no Porto de Vitória e para o Terminal de Peiú, que apurou aumento de carga na ordem de 23,01% em relação ao ano de 2019.

Importante ressaltar, ainda, que no mesmo período, o total movimentado nos Portos Brasileiros apresentou aumento 3,64%, segundo a ANTAQ1, graças ao aumento na exportação de grãos pelo Brasil, cuja safra bateu novo recorde em 2020. Ressalta-se que o Porto de Vitória não faz parte do corredor de exportação das commodities agrícolas do Centro-Oeste brasileiro e, deste modo, teve queda de movimentação frente aos concorrentes, reduzindo a sua participação no total movimentado no país.

Demonstrativo Operacional - Movimentação de Cargas (Peso Bruto - t)					
Terminal/ Cais	**2018**	**2019**	**2020**	**Variação (%) 2018-2020**	**Variação (%) 2019-2020**
Porto Vitória	**6.704.349**	**6.989.042**	**6.945.529**	**3,60%**	**-0,62%**
Terminais CODESA	**3.149.414**	**3.277.026**	**3.201.312**	**1,65%**	**-2,31%**
Cais Comercial	379.103	402.383	345.384	-8,89%	-14,17%
Cais Capuaba	1.502.496	1.477.493	1.503.914	0,09%	1,79%
Cais Paul	1.267.815	1.397.150	1.352.014	6,64%	-3,23%
Terminais Arrendados	**3.554.934**	**3.712.015**	**3.744.217**	**5,32%**	**0,87%**
Terminal Vila Velha - TVV	3.032.081	3.150.123	3.085.762	1,77%	-2,04%
Terminal Peiú	475.891	516.052	634.800	33,39%	23,01%
Flexibrás	46.963	45.840	23.655	-49,63%	-48,40%
Demonstrativo Operacional - Movimentação de Conteineres (TEUs)					
Total Geral Contêineres	**210.407**	**226.594**	**222.200**	**5,60%**	**-1,94%**

Tabela 2 - Demonstrativo Operacional – Movimentação de Carga (Peso Bruto – t e TEUs – contêineres). Fonte: Codesa Online

A seguir, são apresentados no Gráfico 1 o ranking das principais mercadorias movimentadas no Porto de Vitória do ano de 2020. Após a carga acondicionada em contêiner, o grande destaque foi a movimentação de adubos e fertilizantes, que somou 917,57 mil toneladas, apesar da queda de 9,05% em relação a 2019. Outros destaques foram a movimentação de Derivados de Petróleo (crescimento de 13,1%), Escória de Alto-forno (uma nova carga que totalizou 446,88 mil toneladas movimentadas), Soda Cáustica (aumento de 66,03%) e Granito (aumento de 20,2%). Ferro gusa (-13,6%), concentrado de cobre (-10,8%), Hulha (-48%) e Malte (-19,6%) também foram mercadorias relevantes, apesar da queda no volume movimentado, quando comparado ao acumulado do ano anterior. Juntas, as mercadorias mencionadas responderam por mais de 50% do total movimentado pelo porto no ano de 2020.

1 Até outubro de 2020. Dados consolidados até dezembro de 2020 não foram disponibilizados até o fechamento do Relatório.

Assinado digitalmente pelo DIO - DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO Data: Quinta-feira, 22 de Abril de 2021 às 22:40:50 Código de Autenticação: c440c

Gráfico 1 - Movimentação de cargas nos terminais administrados pela CODESA 2020 (t). Fonte:Codesa Online

Conforme indicado na Tabela 3, o Porto de Vitória recebeu 1.054 atracações em 2020, o que representou um decréscimo de 17,40% em relação a 2019, tendo os Terminais da CODESA apresentado queda 29,28%. Houve, ainda, leve aumento no comparativo com o ano anterior para os Terminais Arrendados 1,42%. A queda no número de atracações impactou, também, os índices de tempo de espera de navios, em especial no Cais de Capuaba, conforme descrito na Tabela 4 e Tabela 5.

Demonstrativo Operacional - Nº Atracações					
Terminal	**2018**	**2019**	**2020**	**Variação 2020-2018**	**Variação 2020-2019**
Porto Vitória	**1.109**	**1.276**	**1.054**	**-4,96%**	**-17,40%**
Terminais CODESA	**621**	**782**	**553**	**-10,95%**	**-29,28%**
Terminais Arrendados	**488**	**494**	**501**	**2,66%**	**1,42%**

Tabela 3- Demonstrativo Operacional – Nº Atracações. Fonte: Codesa online.

A redução no número de atracações não acarreta automaticamente na redução no Tempo Médio de Espera de Navios. Este, está correlacionado também à Taxa de Ocupação dos Berços, bem como às especificidades operacionais de cada berço, como infraestrutura para movimentação de granéis líquidos, por exemplo. Deve-se frisar, portanto, que o índice foi impactado pelo período de maior demanda nos berços que operam Granel Sólido – Cais de Capuaba, Peiú e Paul, no último trimestre do ano.

Demonstrativo Operacional - Tempo Médio de Espera de Navios (h)					
Terminal	**2018**	**2019**	**2020**	**Variação 2020-2018**	**Variação 2020-2019**
Porto Vitória					
Terminais CODESA					
Vitória	**18,28**	**8,13**	**9,28**	**-49,22%**	**14,15%**
Capuaba	**20,08**	**83,37**	**23,14**	**15,22%**	**-72,24%**
Terminal Paul-Gusa	**23,69**	**65,49**	**79,35**	**234,92%**	**21,16%**
Terminal São Torquato	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Terminais Arrendados					
Terminal Vila Velha – TVV	**20,45**	**13,36**	**13,42**	**-34,37%**	**0,45%**
Terminal Peiú	**20,32**	**34,12**	**22,03**	**8,42%**	**-35,43%**
Terminal Ilha do Príncipe – Flexibrás	**5,65**	**7,45**	**12,08**	**113,81%**	**62,15%**

Tabela 4 - Demonstrativo Operacional - Tempo Médio de Espera de Navios (h). Fonte: Codesa online.

Já o índice de Ocupação Média de Berço foi impactado devido o baixo desempenho do 1º quadrimestre do ano, enquanto o 2º semestre teve forte crescimento da demanda pelo Porto de Vitória. Ressalta-se, também, a maior precisão na apuração das taxas de ocupação dos berços públicos e arrendados.

Demonstrativo Operacional - Taxa Média de Ocupação Berço					
Berço	**2018**	**2019**	**2020**	**Variação 2020-2018**	**Variação 2020-2019**
Porto Vitória					
Terminais CODESA					
Capuaba					
Capuaba 201	50,24%	56,77%	35,90%	-28,54%	-36,76%
Capuaba 202	51,99%	57,50%	42,80%	-17,67%	-25,56%
Capuaba (Atalaia) 207*	-	-	6,90%	-	-
Terminal Paul					
Paul 905	86,55%	78,60%	68,20%	-21,20%	-13,23%
Terminal São Torquato					
São Torquato 902	-	-	-	-	-
Vitória					
Cais Comercial 101	30,92%	32,76%	16,80%	-45,67%	-48,72%
Cais Comercial 102	81,73%	20,44%	17,40%	-78,71%	-14,89%
Cais Comercial 103	63,99%	52,76%	56,30%	-12,01%	6,71%
Cais Comercial 104**	-	-	-	-	-
Terminais Arrendados					
Terminal Ilha do Príncipe – Flexibrás					
Flexibrás 906	65,68%	61,28%	37,70%	-42,60%	-38,48%
Terminal Peiú					
Peiú 206	59,88%	70,68%	69,00%	15,23%	-2,38%
Terminal TVV					
TVV 203	48,59%	52,65%	52,70%	8,47%	0,09%
TVV 204	48,82%	52,10%	45,80%	-6,18%	-12,10%

Tabela 5 - Demonstrativo Operacional - Taxa Média de Ocupação Berço. Fonte: CODESA Online
**Berço disponibilizado a partir de Dezembro/20*
***Berço disponibilizado para apoio a operações offshore*

2.3 - INVESTIMENTOS

A CODESA realizou no ano de 2020 o montante de R$ 4,955 milhões em investimentos, sendo que parte dos valores executados teve origem no Orçamento Geral da União (OGU), representando 94,06% do total investido, totalizando R$ 4,661 milhões. Os demais investimentos, da ordem de R$ 294 mil, foram realizados com recursos próprios da Companhia.

Dentre as ações executadas em 2020, destacamos a implantação do Sistema Portuário de Monitoramento de Cargas e Cadeia Logística, que somou R$ 4,477 milhões, representando 96,03% do valor investido com Recursos da União, no exercício. Cabe destacar, ainda, a redução dos aportes nas obras do novo cais na região dos antigos dolfins do Atalaia, e no Sistema de Apoio à Gestão de Tráfego de Navios (*Vessel Traffic Management Information System - VTMIS*), já em fase de operação.
Quanto aos investimentos realizados com recursos próprios, houve queda de 54,41%, passando de R$ 645 mil em 2019, para R$ 249 mil em 2020. Destaques para manutenção e adequação de bens móveis e ativos de informática.

INVESTIMENTOS - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
RUBRICAS	**VALORES EXECUTADOS (R$)**		
	2019	**2020**	**VARIAÇÃO**
INVESTIMENTOS TOTAIS	**14.664.803**	**4.955.827**	**-66,21%**
RECURSOS PRÓPRIOS	**645.767**	**294.170**	**-54,45%**
Manutenção e Adeq. de Ativos Informática	37.677	96.026	154,87%
Manutenção e Adeq. Bens Mov. Veic. Equip.	433.950	192.913	-55,54%
Estudos e Projetos P/Infraestrutura Portuária	173.600	-	-100,00%
Construção Cais do Atalaia (antigos *dolfins*)	540	5.231	868,70%
RECURSOS DA UNIÃO	**14.019.036**	**4.661.657**	**-66,75%**
Construção Cais do Atalaia (antigos *dolfins*)	9.756.192	86.188	-99,12%
Implantação Prog. Conf. Gerenc. Res. Sólidos	-	-	0,00%
Implantação Sistema Apoio G. Tráfego Navios	3.041.130	98.732	-96,75%
Implantação Sist. Port. Monit. Carg. Cadeia Log	1.221.714	4.476.736	266,43%

Tabela 6 - Investimentos - Execução orçamentária. Fonte: CODESA Online.
Investimentos LOA /lei nº13.97812.01.2020, Portaria nº303 de 1708.2020 e Lei nº 14.091 de 17.11.2020

Essa estratégia de abordagem conservadora quanto aos investimentos reflete o contexto de desestatização da CODESA e a decisão da gestão em priorizar a conclusão dos projetos de investimentos já iniciados, como a implantação do projeto Cadeia Logística Portuária Inteligente – CLPI.

Os referidos projetos estão apresentados com os devidos detalhamentos na sessão Fatos Relevantes deste documento.

2.4 - GESTÃO DE PESSOAS

O ano de 2020 ficará marcado pelo impacto da pandemia na rotina operacional das empresas. Diante disso, a CODESA atuou de forma a buscar manter um nível aceitável de eficiência, ainda que houvesse a redução das interações presenciais.

Assim, foi implantado o serviço de telemedicina, que em conjunto com as atividades desenvolvidas pelo Comitê de Prevenção e Mitigação ao COVID-19, propiciou maior agilidade, segurança e pronta resposta no tratamento dos casos de empregados suspeitos e/ou confirmados para o novo coronavírus. A partir do rigoroso monitoramento, reduziu-se, significativamente, o risco de transmissão do vírus dentro do ambiente de trabalho.

Paralelamente às ações de mitigação do impacto da pandemia, a gestão definiu as principais metas para a gestão dos recursos humanos: a) redução custos; b) ganhos na eficiência dos serviços prestados; e, c) melhoria dos controles internos.

Em relação aos custos, manteve-se, em 2020, a pauta de redução destes e das despesas relacionadas a pessoal, dada a necessidade de reversão

Assinado digitalmente pelo DIO - DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO Data: Quinta-feira, 22 de Abril de 2021 às 22:40:50 Código de Autenticação: c440ca4

do cenário econômico-financeiro. A iniciativa foi implementada mantendo-se a observância da garantia de todos os direitos aos desligados, e o compromisso de perseguimos a melhoria de produtividade e eficiência.

	2018	2019	2020	VAR 20/19	VAR 20/18
Total de empregados	**312**	**259**	**239**	**-8%**	**-23%**
Demitidos	8	53	22	-58%	175%
Admitidos	4	9	2	-78%	-50%

Tabela 7 - Rotatividade de pessoal. Fonte: CODRHU

Além disso, foi iniciada mudança no modelo de custeio do Plano de Saúde da CODESA dando prosseguimento as negociações coletivas. A previsão é de implantação do novo modelo de custeio em 2021, com redução nos gastos com saúde na ordem de R$ 2,5 milhões, sem que ocorra uma redução nos níveis de serviço que são prestados.

Todas essas iniciativas foram implemntadas sem perder de vista a busca por um ambiente de melhor qualidade e o engajamento dos colaboradores. Destaca-se o prmieiro ano de atuação na nova sede administração e negocios, em um espaço open office e moderno, que propiciou melhor infraestrutura de trabalho e interação entre as reais técnicas.

Visando manter os padrões de eficiência, foram implantados um novo procedimento para aberturas de chamados internos e novo controle de processos, por meio de plataforma online, melhorando a eficiência das atividades do setor, mesmo em distanciamento social. Em apenas seis meses de implantação, foram recebidos 215 chamados, sendo 85% respondidos em até 10 dias. Ainda com foco na melhoria dos controles internos, foi contratada empresa de auditoria especializada em rotinas de folha pagamento de pessoal.
Todas essas iniciativas foram implementadas sem perder de vista a busca por um ambiente de melhor qualidade e o engajamento dos colaboradores. Destaca-se o primeiro ano de atuação na nova sede de administração e negócios, em um espaço open office e moderno, que propiciou melhor infraestrutura de trabalho e interação entre as áreas técnicas.

Na área de capacitação, a empresa promoveu uma série de cursos e treinamentos, todos na modalidade ensino à distância. Destaques para os cursos de gestão de conflitos em tempos de transição, ministrado por instituições conceituadas. Também foram disponibilizados a todos os empregados treinamento relativo ao sistema ERP, especificamente nos módulos relativos às atividades dos respectivos setores.

2.5 - MEIO AMBIENTE, SAÚDE E SEGURANÇA

Em 2020 a empresa não registrou nenhum evento (acidente) ambiental, o que reflete a intensa atuação para fomento de uma cultura de responsabilidade ambiental na condução das operações em toda a comunidade portuária. O objetivo é diminuir a vulnerabilidade e reduzir o risco de ocorrências de não-conformidades.

Nesse ano, a CODESA retomou o ciclo de execução de auditorias ambientais, a fim de estabelecer ações prioritárias para a evolução da cultura de preservação ambiental, de prevenção de acidentes, estruturação de planos de contingência e otimização dos recursos públicos disponíveis, com consequente avanço do Índice de Desempenho Ambiental (IDA). Foram realizadas, também, diversas ações de abordagens educativas de meio ambiente e segurança do trabalho, com os diversos públicos / parceiros do porto: para caminhoneiros, ações de campo; para operadores portuários, uma cartilha e ações de comunicação sistemática sobre eventuais incidentes.

Eventos de mobilização também tiveram destaque, com a elaboração e divulgação de peças educacionais (vídeos, banners, faixas e posts nos canais internos e externos de comunicação) e informativos, tendo como ponto central as modificações provocadas no novo modo de viver e na dinâmica ambiental do planeta, face à pandemia. De forma atípica, em função das medidas de prevenção à Covid-19, e conforme os protocolos dos Ministérios da Saúde e da Infraestrutura, foram realizadas campanhas informativas, ajustes nas instalações de trabalho e de procedimentos de controle, promovendo um ambiente seguro para manutenção das atividades essenciais.

No âmbito da segurança do trabalho, houve somente o registro de um acidente com perda de tempo. Para a mitigação de riscos de segurança, foi realizado evento conjunto com o Órgão Gestor de Mão-de-Obra (Ogmo), Sest / Senat e operadores portuários. A CODESA inovou com a implementação de procedimento de orientação aos visitantes e trabalhadores portuários por meio de e QR Code fixado nas portarias de acesso, além de divulgação de vídeos educativos.

No compromisso com a comunidade da área de influência, foram realizadas atividades majoritariamente em formato remoto, que envolveram a produção e distribuição de materiais educativos em formato digital; campanhas de preservação da água e florestas, consumo sustentável; sustentabilidade; economia solidária; e, vulnerabilidade dos manguezais. A CODESA apoiou, ainda, ações promovidas pelas secretarias municipais de Educação de Vila Velha e de Meio Ambiente de Vitória

2.6 - IMAGEM E RELACIONAMENTO COM O MERCADO

2.6.1 - Negócios

A CODESA intensificou o relacionamento com seus clientes e parceiros, fomentando negócios e se aproximando de atores estratégicos. Foram realizadas quase 130 reuniões com operadores portuários, arrendatários, importadores e exportadores, dentre outras instituições.

A sinergia da atuação comercial com outras áreas da empresa tem trazido resultados satisfatórios para os clientes, mas, sobretudo, tem se refletido em conversão comercial: em 2020, foram faturados cerca de R$ 6 milhões em projetos comerciais que tiveram a atuação direta CODESA para sua concretização, o que representou cerca de 550 mil toneladas de cargas movimentadas. Destaque, ainda, para atração de nova carga: foram exportadas 440.000 t de escória moída.

A implementação da nova diretriz comercial da Companhia teve como meta minimizar os impactos da pandemia no volume de movimentação de cargas, sobretudo no primeiro semestre de 2020

2.6.2 - Imagem

O fortalecimento da imagem é um trabalho coletivo, com ações específicas desenvolvidas com os vários setores junto aos públicos interno e externo, mas, especialmente, criadas, acompanhadas e executadas pela Comunicação da empresa, alinhadas com a Diretoria Executiva.

Os colaboradores são elo importante na relação da CODESA com seus públicos de interesse e devem empenhar-se em consolidar a imagem institucional da empresa. Assim, foram criadas campanhas internas de segurança do trabalho (vídeos) e de prevenção e orientações sobre a Covid – Boletim Epidemiológico, semanal; dentre outras. A transparência agilizou os fluxos de comunicação e envolveu os colaboradores. Canais internos como e-mail corporativo, comunicados, intranet e a rede de transmissão por *WhatsApp* – muito eficiente, foram fortemente utilizados para a distribuição das informações oficiais internas.

A relação com os diversos públicos externos também foi reforçada, principalmente por meio da ampliação da presença do Porto de Vitória na internet: o número de acessos ao *site*, em 2020, foi de 625.219 (média mensal de 52 mil visitantes), e houve expressivo aumento de seguidores orgânicos nas mídias sociais *(Fanpage - Facebook, Twitter e LinkedIn*), em especial no *Instagram* (passou de 6 mil seguidores em janeiro/2020 para 8.665 em dez/2020).

2.7 - MELHORIAS DE GESTÃO

Em 2020, houve vários avanços na gestão de conformidades, sendo registradas melhorias em diversas áreas e processos, gerando ganhos de ordem financeira e redução de riscos a integridade.
Processos Administrativos Internos - redução de 46% no total de processos administrativos abertos em 2020, no comparativo com 2019, devido à mudança da sede administrativa da empresa para ambiente open office, agilizando a integração entre as áreas;

Contratações Mais Eficientes - num universo de quase 100 contratações, foram 37 licitações e somente 1 pregão deserto e 1 suspensão. A melhoria do sistema de contratos e a formalização de normativos para renegociação e pagamento conferiram maior agilidade e transparência. Houve redução de 2,24% em licitações homologadas e redução na rubrica de serviços de terceiros, em 46%, no comparativo acumulado com 2019 resultado de um equipe que se dedicou ao redimensionamento dos contratos e reavaliação constantes dos custos;

Contratos Operacionais – a padronização de procedimentos de fiscalização garantiu avanços importantes na gestão documenta e na implementação de ações efetivas para ocupação regular de áreas. O índice de cumprimento de clausulado, que era de 51,7% em janeiro e encerrou dezembro em 93%. Iniciativas como a remoção de empresas que estavam com ocupação irregular também foram implementadas;

Processos Judiciais e Administrativos - a partir de um mapeamento junto aos fóruns e digitalização de processos físicos, foi desenvolvido um controle de processos. Isso possibilitou a constituição de base de dados e análise estratégica orientada para gestão de riscos, com avaliação de recorrências e pontos de fragilidade jurídica. Implementou-se rotinas de trabalho e padronização da atuação, com construção de teses dialogadas. Com essas iniciativas foi possível alcançar reversão de multas e desbloqueio de valores na ordem de R$ 35 milhões, além de recuperação de crédito e resolução de problemas históricos, como a liberação judicial das operações no berço 207 do Cais do Atalaia. Resultou, ainda, na diminuição das novas ações cíveis e trabalhistas propostas durante os anos de 2019 e, sobretudo, no ano de 2020. Destaque para a redução de 37% no ajuizamento de novas reclamações trabalhistas em 2020 (28), se comparado ao ano de 2019 (45), e de 71% se comparado ao ano de 2018 (97).

Tecnologia da Informação - a CODESA deu continuidade à reestruturação proposta no ano anterior, com objetivo de adequar as necessidades de negócio e melhorar os níveis de integridade nos processos afetos. As implementações trouxeram melhoria na experiência do usuário em relação aos recursos disponíveis, mantendo a considerável diminuição no custo de TI por usuário: R$10.626,31, o que significa uma redução 14% frente a 2019, e 20% se comparado a 2018;

Gestão Operacional - a alteração na norma de atracação e do regulamento de exploração do porto, aprimorou a gestão operacional. Foram estabelecidos novos padrões de produtividade por carga, além da revisão dos mecanismos de aplicação de sanções e penalidades por descumprimento. O sistema operacional foi aprimorado, melhorando o registro das informações; adotada a tripla checagem; implantadas novas rotinas de monitoramento diário; e, obtenção de relatórios mensais de desempenho de todos os operadores.

Pudemos observar, em função dos novos parâmetros operacionais implementados, uma reação dos diversos Operadores Portuários e clientes (donos de carga), que passaram a privilegiar o foco em produtividade de uma maneira mais contundente, adequando recursos para obtenção de melhores índices.

Esses resultados foram acompanhados de uma revisão da Política Gestão de Riscos, buscando não apenas atualizar conceitos teóricos, mas, também, estimular a compreensão da dinâmica da gestão de riscos. As diretrizes foram ampliadas e divididas em estruturas de controle em linhas de defesa. Na metodologia foi incluída a classificação de riscos, em consonância com as diretrizes trazidos pelo *software* Agatha, mantendo aderência às diretrizes do Ministério da Economia

2.8 - FATOS RELEVANTES

2.8.1 - Novo do Cais do Atalaia

Inaugurado em 5 de outubro de 2020, o novo Cais de Atalaia substituiu dois antigos dolfins, abrigando o berço 207. Oferece amplo cais corrido com 270m de extensão e área total de 20 mil m². Conta com 14 cabeços de amarração, 12 defensas e profundidade de 11,40m de calado, com previsão de incremento de 75% na movimentação de cargas no novo cais. Foram investidos R$ 190 milhões, recursos provenientes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Futuramente, de Atalaia serão drenados

Assinado digitalmente pelo DIO - DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO Data: Quinta-feira, 22 de Abril de 2021 às 22:40:50 Código de Autenticação: c440c

combustíveis que seguirão por dutos até a armazenagem no Terminal de Granéis Líquidos (TGL).

2.8.2 - VTMIS (*Vessel Traffic Management Information System*)

O sistema de controle do tráfego marítimo, o VTMIS, teve um *upgrade* de tecnologia e passou a contar com o sistema mais avançado do mundo: o Navi-Harbour 4.6 3D. Devidamente instalado, encerrou 2020 em fase de testes, para início das operações em 2021.

Os dados e informações da ferramenta anterior - o PMIS, do Imare - foram migrados para o PMIS do Navi-Harbour 4.6, dando continuidade aos registros dos bancos de dados e das integrações com os demais sistemas internos e externos da CODESA, como o Porto Sem Papel (PSP), Sistema de Tráfego Marítimo da Marinha do Brasil (SISTRAM) e Sistema de Gerenciamento do Porto (SGP) da CODESA.

2.8.3 - Novos Negócios

Visando fomentar a exploração comercial de instalações do Porto de Vitória, aumentar a rotatividade e aproveitamento da infraestrutura disponível existente, a CODESA promoveu processo seletivo simplificado para a Escolha de Arrendatários Transitórios. Ressalta-se que o referido modelo atende aos termos dos artigos 46 e 47 da Resolução Normativa nº 07/2016 da Agência Nacional de Transporte Aquaviário (Antaq).

A alternativa tem se apresentado exitosa, com a formalização de novos negócios nas primeiras áreas já disponibilizadas em Capuaba (armazéns para fertilizantes e pátio para armazenagem de veículos). O ano encerrou com novas propostas de arrendamentos temporários aguardando a conclusão de trâmites administrativos visando à celebração de contratos de transição para as áreas em Vitória, na Ilha do Príncipe) e dos silos metálicos em Capuaba, Vila Velha.

2.8.4 - VIX 30 - TGL

Assinado em 21 de julho o Termo de Aceitação Provisório e Permissão de Uso de Ativos com o Consórcio Navegantes Logística relativo ao contrato da Área Vix 30, para implantação do Terminal de Granéis Líquidos (TGL) em Capuaba, Vila Velha. O consórcio, formado pelas empresas Raízen, Ipiranga e BR Distribuidora, arrematou a proposta em 2019, por R$ 165 milhões. O arrendamento de 74.000 m² será por 25 anos e os investimentos da ordem de R$ 128 milhões.

O TGL será destinado à armazenagem e movimentação de combustíveis – diesel, gasolina, álcool e biodiesel – que serão drenados de navios do novo Cais de Atalaia, seguindo por dutos até a armazenagem estática (tancagem) com capacidade para 88.707 m³, devendo movimentar até 1 milhão de toneladas por ano, que irão garantir o abastecimento de combustíveis o estado.

O consórcio ainda deverá cumprir todas as exigências dos órgãos ambientais para iniciar as obras

2.8.5 - Prevenção à Covid-19

Em 31 de janeiro de 2020 a Companhia deu o primeiro passo visando a prevenção à doença, divulgando medidas de cuidados pessoais e realizando Diálogos de Segurança (DDS) para as equipes administrativa e operacional. A ação se intensificou nos meses subsequentes com a edição do Plano de Contingência e criação do Comitê de Prevenção e Mitigação à Covid-19 da CODESA. Ao longo desse período foram implementados home office e rodízio de colaboradores, campanhas de comunicação visual preventivas, criação do Boletim Epidemiológico, dentre outras ações de conscientização. Além disso, foram instalados 40 dispensers de álcool em gel e de pias – com oferta de sabão e toalhas descartáveis – para assepsia das mãos em toda área portuária; adotados procedimentos diários de desinfecção de instalações e realizada vacinação contra gripe para todos os portuários – em parceria com as prefeituras de Vitória e de Vila Velha.

2.8.6 - Desestatização

A empresa atuou na disponibilização de informações e análises que subsidiassem os estudos em andamento. Foram quase 9 mil documentos compartilhados, com mobilização de empregados e diretoria no debate sobre o modelo a ser adotado, em atuação conjunta com a consultoria contratada e sob coordenação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Uma consulta pública realizada em 28 de dezembro, por meio da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), capturou documentos e contribuições da sociedade.

Qualificado pelo Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), trata-se da primeira iniciativa de desestatização de portos públicos no Brasil. A proposta é transferir para o setor privado a gestão da infraestrutura e áreas públicas, trazendo melhorias operacionais e na qualidade dos serviços prestados, além de maior agilidade e capacidade de realizar os investimentos necessários. O projeto, que está sendo estruturado BNDES, é coordenado pelo Ministério da Infraestrutura.

2.8.7 - Sinalização náutica e calados

A nova sinalização náutica do canal de acesso ao Porto de Vitória ficou completa com a operação de dois novos faroletes instalados nas proximidades das ruínas da antiga Fazenda Nova Holanda, na margem de Vila Velha. Os faroletes compõem o alinhamento D e auxiliam as embarcações que trafegam pelos 8 km do canal, possibilitando maior segurança aos navios e seus tripulantes. A implantação da nova sinalização náutica possibilitou o início das manobras testes com calado superior a 10.67m

2.9 - AGRADECIMENTOS

Renovamos nossos agradecimentos aos acionistas, clientes, colaboradores, fornecedores e prestadores de serviço.
Vitoria, ES, 15 de março de 2021.

DIRETORIA EXECUTIVA
Antonio Julio Castiglioni Neto
Diretor Presidente
Jean Ricardo Alves Duque
Diretor de Administração e Finanças
João Augusto da Cunhalima
Diretor de Infraestrutura e Operações
Bruno Luciano Fardin
Diretor de Planejamento e Desenvolvimento

Aprovado na 1.899 a. Reunião Ordinária da Diretoria Executiva - DIREXE, em 15 de março de 2021.

Aprovado na 561ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração – CONSAD, em 19 de março de 2021.

3 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Balanço Patrimonial Findos em 31 de Dezembro (Em reais)

ATIVO	Nota	31/12/2020	31/12/2019
CIRCULANTE		**120.026.863**	**51.996.327**
Caixa e equivalentes de caixa	4.4	85.708.584	30.401.530
Clientes a receber, líquido	4.5	6.700.300	7.199.318
Créditos negociados com clientes	4.6	3.819.808	2.366.871
Adiantamentos a funcionários	4.7	1.353.208	1.849.733
Estoques	4.8	96.720	91.177
Impostos e contribuições a recuperar	4.9	20.022.632	8.407.311
Despesas antecipadas	4.10	275.018	244.313
Assistência médica a recuperar, líquida	4.11	999.820	391.967
Convênio SEP	4.12	1.025.874	1.022.078
Outros créditos	4.13	23.900	22.031
NÃO CIRCULANTE		**502.157.730**	**544.754.931**
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		**74.207.280**	**83.123.933**
Depósitos para Recursos Judiciais	4.14	43.470.618	75.697.908
Clientes a receber	4.5	3.942.983	3.942.983
Créditos negociados com clientes	4.6	10.190.156	374.226
Impostos e contribuições a recuperar	4.9	11.040.477	-
Assistência médica a recuperar, líquida	4.11	2.507.993	2.671.707
Outros créditos	4.15	3.055.053	437.109
INVESTIMENTOS	4.16	**1.587**	**1.587**
IMOBILIZADO	4.17	**427.933.456**	**461.529.398**
INTANGÍVEIS	4.18	**15.408**	**100.013**
TOTAL ATIVO		**622.183.593**	**596.751.258**

PASSIVO	Nota	31/12/2020	31/12/2019
CIRCULANTE		**21.719.161**	**20.433.737**
Fornecedores	4.19	1.848.826	4.630.656
Obrigações sociais e assistenciais	4.20	4.722.281	5.412.895
Obrigações fiscais e trabalhistas	4.21	965.550	2.957.615
Depósitos contribuições e consignações a recolher	4.22	1.347.189	1.076.686
Impostos s/ serviços e repasses	4.23	274.322	271.223
PSP - adiantamento de clientes	4.24	1.591.839	1.663.690
Créditos de arrendamentos e cessão de uso de áreas	4.25	2.000.000	3.500.000
Credores por depósito caucionados	4.26	64.503	64.503
Passivo de arrendamento	4.27	470.073	580.935
TCF Portus	4.28	7.472.310	-
Credores Diversos	4.29	962.258	275.532
NÃO CIRCULANTE		**200.278.288**	**220.419.047**
Créditos de arrendamentos e cessão de uso de areas	4.25	24.000.001	24.500.000
Provisões para contigências	4.30	17.854.775	27.353.762
Passivo de arrendamento	4.27	5.166.282	4.781.545
TCF Portus	4.28	77.996.100	-
Provisão Plano de Pensão PORTUS - Déficit Atuarial	4.31	66.442.360	156.378.633
Outras obrigações	4.32	8.818.791	7.405.107
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**400.186.153**	**355.898.474**
Capital social integralizado	4.33.1	297.940.097	297.940.097
Créditos p/ aumento de capital social	4.33.2	264.843.635	259.062.130
Ajuste de avaliação patrimonial - ORA - PORTUS	4.33.3	(13.915.887)	(20.578.999)
Prejuízos acumulados	4.33.4	(148.681.691)	(180.524.754)
TOTAL PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**622.183.593**	**596.751.258**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do resultado Findos em Dezembro (em reais)

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Receita bruta		**146.798.029**	**154.628.161**
Receitas operacionais		**114.227.777**	**119.765.480**
Infraestrutura Marítima		*33.804.007*	*31.996.244*
Infraestrutura Acostagem		*4.947.541*	*4.062.815*
Infraestrututa Terrestre		*10.290.749*	*9.718.701*
Movimentação de cargas		*25.515.817*	*24.335.336*
Armazenagem		*2.998.577*	*5.375.301*
Receitas de contratos		*16.472.257*	*14.254.055*
Serviços Diversos		*6.810.176*	*10.188.866*
Receitas Extraordinárias		*-*	*137.463*
Contratos de uso temporário		*13.388.655*	*19.696.699*
Receitas patrimoniais		**32.570.252**	**34.862.680**
Aluguéis e Arredamentos		*30.570.252*	*32.862.680*
Concessão uso de área/infra-estrutura		*2.000.000*	*2.000.000*
(-) Deduções		**(15.733.543)**	**(16.994.176)**
Tributos das Receitas Serviços		*(15.613.647)*	*(16.851.681)*
Vendas Canceladas		*(119.896)*	*(142.494)*
= Receita operacional líquida	4.34	**131.064.486**	**137.633.985**
(-) Custos dos serviços prestados	4.35	**(54.067.343)**	**(64.895.097)**
Pessoal		*(19.110.741)*	*(25.933.366)*
Encargos Sociais		*(7.709.235)*	*(9.773.195)*
Custos Assistenciais		*(4.385.714)*	*(5.387.285)*
Materiais/Peças e Acessórios		*(74.203)*	*(44.935)*
Mão de Obra avulsa		*(511.254)*	*(1.977.766)*
Serviços de terceiros		*(10.010.011)*	*(11.759.008)*
Utilidades e serviços		*(1.925.458)*	*(2.504.030)*
Seguros Diversos		*-*	*(262.167)*
Despesa de depreciação		*(10.340.727)*	*(7.253.344)*
= Lucro bruto		**76.997.144**	**72.738.888**
(-) Despesas operacionais		**(37.277.729)**	**(79.901.958)**
Despesas administrativas	4.36	**(47.811.275)**	**(72.015.279)**
Despesa com pessoal		*(18.557.313)*	*(21.234.850)*
Despesa encargos sociais		*(9.876.380)*	*(13.185.629)*
Despesa orgão colegiado		*(453.099)*	*(537.793)*
Despesas assistênciais		*(6.895.208)*	*(11.193.419)*
Despesa serviço de terceiros		*(4.071.271)*	*(7.579.192)*
Depesas gerais		*(5.244.209)*	*(3.930.149)*
Despesa com depreciação e amortização		*(701.288)*	*(364.602)*
Despesa não dedutíveis		*(259.157)*	*(269.549)*
Perdas Estimadas c/crédito liquidação		*-*	*(6.960.182)*
Ações Judiciais Trabalhistas\Civel		*(1.753.350)*	*(6.759.914)*
Despesas tributárias	4.37	**(203.989)**	**(838.990)**
Despesa Impostos e taxas municipais e estaduais		*(168.927)*	*(147.893)*
Despesa Impostos e taxas federais		*(35.062)*	*(691.096)*
Outras receitas/Despesas operacionais	4.38	**10.737.534**	**(7.047.690)**
Provisões passivas		*(2.026.234)*	*(12.205.126)*
Outros ganhos/perda de capital		*(81.139)*	*78.819*
Reversões Operacionais		*12.568.164*	*800.000*
Receitas Eventuais		*276.743*	*4.278.617*
= Resultado antes das receitas e despesas financeiras		**39.719.414**	**(7.163.070)**
Receitas (despesas) financeiras liquida	4.39	**(4.129.793)**	**(6.664.318)**
Receitas financeiras		8.503.918	6.460.994
Receitas Financeiras		*8.092.907*	*6.064.614*
Variações Monetárias Ativas		*411.011*	*396.380*
Despesas financeiras		(12.633.711)	(13.125.311)
Despesas Financeiras		*(814.144)*	*(1.053.371)*
Variações Monetárias Passivas		*(11.819.567)*	*(12.071.940)*
= Lucro antes do imposto de renda		**35.589.621**	**(13.827.387)**
Contribuição Social		(1.593.653)	-
Imposto de Renda		(4.402.814)	-

Demonstração dos fluxos de caixa (Em reais)

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	31/12/2020	31/12/2019
Lucro (Prejuizo) Liquido	**29.593.154**	**(13.827.387)**
(+) Depreciação e amortização	11.042.016	7.617.946
(+/-) PECLD Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa	(8.005.089)	6.722.524
(+/-) Provisão e atualizações Trabalhistas e Fiscais	(9.498.987)	5.001.656

Assinado digitalmente pelo DIO - DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO Data: Quinta-feira, 22 de Abril de 2021 às 22:40:50 Código de Autenticação: c440ca4

(+/-) Ajuste de avaliação patrimonial - ORA - PORTUS	6.663.112	(20.578.999)
(+/-) Ajustes de exercicios anteriores	2.249.909	(151.505.998)
= Lucro Ajustado	**32.044.114**	**(166.570.259)**

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	31/12/2020	31/12/2019
Duplicatas a receber	8.504.107	(1.184.390)
Almoxarifado	(5.543)	10.557
Despesas antecipadas	(30.705)	12.347
Créditos renegociados	(11.268.867)	(2.741.097)
Assist Medica a Recuperar	(444.138)	(3.063.675)
Outros créditos curto e longo prazo	7.448.206	(26.188.025)
Cliente de longo prazo	0	(3.942.983)
Fornecedores	(2.781.830)	(973.667)
Impostos a Recolher	3.099	(128.805)
Alugueis CPC 06	273.854	5.362.480
TCF Portus	85.468.411	-
Provisão Plano de Pensão PORTUS - Déficit Atuarial	(89.936.273)	156.378.633
Obrigações fiscais e trabalhistas	(2.682.679)	(13.296.277)
Receitas diferidas	(1.999.999)	(2.000.000)
Outros débitos/contas a pagar - curto e longo prazo	2.319.729	(81.529)
PSP - Adiantamento de clientes	*(71.851)*	*254.905*
Credores por depósito caucionados	*-*	*(25.988)*
Depósitos contribuições e consignações	*270.502*	*(657.967)*
Outras obrigações	*2.121.078*	*347.521*
Caixa liquido obtido/(aplicado) nas atividades operacionais	**26.911.486**	**(58.406.689)**

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	31/12/2020	31/12/2019
Aquisição de bens do ativo imobilizado	(7.443.454)	(17.841.873)
Baixa de bens do ativo imobilizado	61.510	19.523.177
Pis/Cofins sobre aquisição de imobilizado	29.397.903	-
Ajuste depreciação e baixas de bens do ativo imobilizado	622.574	(2.665.884)
Caixa liquido/(obtido) nas atividades de investimentos	**22.638.532**	**(984.580)**

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	31/12/2020	31/12/2019
Recursos financeiros /convênio SEP	(24.468)	(16.380)
Recursos financeiros para aumento de capital	5.781.505	24.461.668
Caixa gerado/consumido nas atividades de financiamento	**5.757.037**	**24.445.288**
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) LIQUIDO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**55.307.055**	**(34.945.981)**
CAIXA E EQUIVALENTES CAIXA NO INICIO DO EXERCICIO	**30.401.530**	**65.347.510**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO EXERCICIO	**85.708.584**	**30.401.529**

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das mutações do patrimônio Findos em Dezembro (Em reais)

Discriminação	Nota	Capital social	Recursos para aumento de capital social	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Resultados acumulados	Patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2018		**297.940.097**	**32.349.492**	**-**	**(15.191.369)**	**315.098.220**
Ajustes Exercicios Anteriores		-	-	-	(151.505.998)	**(151.505.998)**
Ajuste avaliação patrimonial - ORA - PORTUS		-	-	(20.578.999)		**(20.578.999)**
Créditos de acionistas para futuro aumento de capital		-	226.712.638	-	-	**226.712.638**
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		-	-	-	**(13.827.387)**	**(13.827.387)**
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**4.33.4**	**297.940.097**	**259.062.130**	**(20.578.999)**	**(180.524.754)**	**355.898.474**
Ajustes Exercicios Anteriores	4.33.4	-	-	-	2.249.909	**2.249.909**
Ajuste avaliação patrimonial - ORA - PORTUS	4.33.3	-	-	6.663.112	-	**6.663.112**
Créditos de acionistas para futuro aumento de capital	4.33.2	-	5.781.505	-	-	**5.781.505**
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	**4.33.4**	-	-	-	**29.593.154**	**29.593.154**
Saldo em 31 de dezembro de 2020		**297.940.097**	**264.843.635**	**(13.915.887)**	**(148.681.691)**	**400.186.153**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do resultado abrangente (Em reais)

	31/12/2020	31/12/2019
Resultado Liquido	**29.593.154**	**(13.827.387)**
Ajuste Imobilizado	-	(16.568.807)
Valor provisionado referente Assistência Médica	-	3.888.216
Constituição provisão deficit atuarial	-	(138.856.710)
ORA - Outros resultados abrangentes - PORTUS	6.663.112	(20.578.999)
Outros	2.249.909	31.303
= Resultado abrangente do periodo	**38.506.175**	**(185.912.384)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Valor Adicionado findo em 31 de dezembro (Em reais)

	31/12/2020	31/12/2019
Receita	**146.678.133**	**147.525.485**
Receita da operação portuária	114.227.777	119.765.480
Receita de arrendamentos	32.570.252	34.862.680
Vendas canceladas	(119.896)	(142.494)
Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa	-	(6.960.182)
Insumos adquiridos de terceiros	**(21.836.405)**	**(28.326.795)**
Materiais, água, energia, serviços de terceiros (Reclassificado 2019)	(21.836.405)	(27.795.079)
Outros custos	-	(531.716)
Valor adicionado bruto	**124.841.728**	**119.198.689**
Retenções	**(11.042.016)**	**(7.617.946)**
Depreciação/Amortização	(11.042.016)	(7.617.946)
Valor adicionado produzido pela entidade	**113.799.713**	**111.580.743**
Valor adicionado recebido em transferência	**17.228.945**	**(7.346.610)**
Receitas Financeiras	8.503.918	6.460.994
Outras Despesas - Provisões Passivas	2.455.701	(12.205.405)
Outras	6.269.326	(1.602.199)
Valor adicionado a distribuir (Reclassificado 2019)	**131.028.657**	**104.234.133**
Distribuição do valor adicionado	**131.028.657**	**104.234.133**
Pessoal	**66.987.690**	**87.245.638**
Remuneração direta (Reclassificado 2019)	49.646.517	59.505.944
Beneficios a empregados (Reclassificado 2019)	11.280.922	17.118.497
FGTS	4.546.785	9.326.713
Honorários da diretoria (reclassificado 2019)	1.511.466	1.294.384
Tributos	**21.614.103**	**17.690.671**
Federais	19.599.294	14.981.021
Estaduais e municipais	2.214.808	2.709.651
Remuneração de capital de terceiros	**12.633.711**	**13.125.311**
Despesas Financeiras	12.633.711	13.125.311
Lucro (Prejuízo) exercício	**29.593.154**	**(13.827.387)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

4- NOTAS EXPLICATIVAS

4.1- CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA, vinculada ao Ministério da Infraestrutura, é dotada de personalidade jurídica de direito privado e regida por legislação que trata do regime jurídico da exploração dos portos organizados e das instalações portuárias. Em consonância com a Lei 13.303/2016, que no seu art. 91 autoriza a transformação de sociedades de economia mista de capital fechado em empresas públicas mediante o resgate de ações de propriedade de acionistas privados, a Companhia foi transformada em Empresa Pública de Capital Fechado, com aprovação em Assembleia Geral Extraordinária do dia 29/06/2018.
A CODESA tem como objeto social:

a) exercer as funções de Autoridade Portuária no âmbito de portos organizados no Estado do Espírito Santo ou localizados em outro Estado, por delegação do Governo Federal. Desta forma, o Porto Organizado de Vitória (municípios de Vitória e Vila Velha) e o Porto da Barra do Riacho (município de Aracruz), estão sob sua administração e responsabilidade;
b) exercer as funções de operador portuário na forma da Lei 12.815/2013; e,
c) desenvolver atividades afins, conexas e acessórias, realizando seu objeto social sempre em consonância com as políticas públicas setoriais formuladas pelo Ministério da infraestrutura.

4.2 - ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

4.2.1- Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas e diretrizes contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições da Lei 6.404/76, das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, normas da CVM, inclusive a obrigatoriedade de auditoria independente, por auditor registrado nesse órgão, legislação e orientações específicas para empresas da administração federal indireta e Agência Nacional de Transportes Aquaviários - Antaq.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro, desconhecendo qualquer incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade. De toda forma, convém registrar que a inclusão da CODESA no Programa Nacional de Desestatização desde o ano de 2019 não acarreta nenhum risco de solução de continuidade para as atividades da Companhia. O Programa de Desestatização da Companhia, que tem participação do Ministério da Infraestrutura, Secretaria do Programa de Parceria em Investimento, Ministério da Economia e Agência Nacional de Transportes Aquaviários – Antaq, avançou neste exercício, com a elaboração dos estudos e, em 28.12.2020, com a publicação, pela referida Agência, do aviso de audiência pública nº 19/2020, com o objetivo de "obter contribuições, subsídios e sugestões para o aprimoramento dos documentos técnicos e jurídicos tendentes à licitação do projeto de desestatização da Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA, bem como da concessão dos Portos de Vitória e Barra do Riacho. A proposta não prevê a liquidação da Companhia, mas a troca de sua titularidade, pela iniciativa privada, mediante a alienação das ações detidas pela sua controladora, a União e contrato de concessão pelo prazo de 35 anos, prorrogáveis por mais 5 anos, com objetivo de modernizar a gestão portuária, atrair investimentos e melhorar a operação do setor.

A Administração da CODESA afirma que todas as informações relevantes, próprias das demonstrações financeiras, correspondem às utilizadas na sua gestão, e somente elas estão sendo evidenciadas.

4.2.2- Base de Mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base, exceto se indicado de outra forma.

4.2.3- Uso de Estimativa e Julgamento

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseia em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

As principais estimativas que representam risco significativo, com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Análise da redução ao valor recuperável dos ativos **(Notas 4.2.6)**; Determinação da Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD **(Nota 4.5)**; Determinação dos déficits/superávits relacionados aos planos de benefícios pós-emprego **(Nota 4.41)**; Provisões cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórias **(Nota 4.30)**; e Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros **(Notas 4.2.7 e 4.40)**.

4.2.4 - Aprovação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram autorizadas para emissão na reunião da Diretoria Executiva nº 1895ª de 23/02/2020.

4.2.5 - Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As demonstrações contábeis são preparadas e estão apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional e a moeda de apresentação da CODESA.

Assinado digitalmente pelo DIO - DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO Data: Quinta-feira, 22 de Abril de 2021 às 22:40:50 Código de Autenticação: c440c

4.2.6 - Redução ao Valor Recuperável

A administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o volume dessa perda, sendo esta reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida, caso tenha ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados, para determinar o valor recuperável do ativo, sendo também reconhecida no resultado.

4.2.6.1- Ativos Financeiros e Contratuais

Os ativos financeiros e contratuais são avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas, quando aplicável, e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenham resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento. Atualmente, as rubricas que apresentam saldos de redução ao valor recuperável são a de Clientes **(Nota 4.5)** e a de Assistência Médica a Recuperar **(Nota 4.11)**.

4.2.6.2 - Ativo não Financeiro

A revisão dos valores de ativos não financeiros da Companhia é efetuada pelo menos anualmente, ou em menor tempo, se percebidas indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou, quando da ocorrência de eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, como ocorrido no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, conforme determina o CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos foi realizada avaliação dos ativos não financeiros pelo método Valor em Uso, que apontou a recuperação do valor total pela utilização dos ativos na geração de receitas e benefícios futuros para a Companhia, sem a necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável **(Nota 4.17)**.

4.2.7. - Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros da Companhia são mensurados ao valor justo por meio do resultado, nos termos do CPC 48 – Instrumentos Financeiros. Ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem instrumentos financeiros para negociação e designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

4.2.8. - Reconhecimento de Receitas Operacionais e de Arrendamentos

4.2.8.1.- Receitas

Em relação ao CPC 47 – Receita de contrato com cliente, a receita é reconhecida após a prestação do serviço. A Companhia recebe um depósito prévio, a título de caução, de 80% do valor dos serviços portuários a serem prestados, tendo como preço de transação os valores da tabela vigente para os serviços prestados.

4.2.8.2 Arrendamento Mercantil

Em dezembro de 2017, foi emitido o CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento que introduziu novas regras para as operações de arrendamento.

O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes, de modo que representem fielmente essas transações. O CPC 06 (R2) requer que os arrendatários passem a reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento, incluindo os operacionais, porém, foram criadas isenções opcionais para arrendamentos de curto prazo e de baixo valor. O CPC 06 (R2) iniciou sua vigência em 01/01/2019 e substituiu o CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento (IAS 17).

Os contratos de arrendamentos firmados pela Companhia com seus arrendatários (clientes) são classificados como operacionais, conforme o item 62 do mesmo CPC, portanto, não refletem em ajustes de lançamento no balanço da Companhia.
Com relação aos contratos da CODESA com seus fornecedores, estando a Companhia na figura de arrendatária, destacamos a existência de um contrato de arrendamento abarcado pelo CPC em questão **(Notas 4.17 e 4.27)**.

Esta norma impactou o registro da operação de arrendamento operacional que a Companhia possui, pois, se refere à sede administrativa da Companhia, cujo contrato entrou em vigor em 02/12/2019. Neste caso, a Companhia é arrendatária e reconheceu em dezembro/2019: a) pelo direito de uso do objeto dos arrendamentos, um ativo; b) pelos pagamentos estabelecidos nos contratos, trazidos a valor presente, um passivo; c) despesas com depreciação dos ativos; e, d) despesas financeiras com os juros sobre obrigações do arrendamento, cujos lançamentos se deram a partir de janeiro/2020, quando ocorreu o primeiro pagamento. Em contrapartida, a Companhia deixou de registrar no resultado, os gastos relativos a aluguéis e arrendamentos enquadrados no CPC 06 (R2).

Em novembro de 2020, os valores referentes ao arrendamento foram atualizados, conforme previsto contratualmente. Os efeitos dessa adoção estão reconhecidos no Ativo imobilizado – Direito de Uso **(Nota 4.17)** e no Passivo em Outras Obrigações – Passivo de arrendamento **(Nota 4.27)**.

4.2.9. - Apuração do Resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência, considerando o que determina o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC vigentes.

4.2.10.- Contas a Receber

A Companhia contabiliza os contratos com clientes em conformidade com o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, atendendo todos os critérios requeridos pelo pronunciamento. Os valores faturados estão avaliados pelo valor da tarifa, na data da prestação do serviço, e os respectivos tributos são apurados e contabilizados por competência.

4.2.11- Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldá-la. As provisões são registradas em conformidade ao Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, conforme mencionado na **Nota 4.30**. Com base em informações da Coordenação Jurídica, a Companhia faz, trimestralmente, estudos do passivo judicial em trâmite na Justiça Comum Estadual, Federal e na Justiça do Trabalho, sendo as contingências classificadas entre: a) prováveis – para as quais são constituídas provisões, b) possíveis – apenas divulgadas e não provisionadas; e c) remotas – não requerem provisão e nem divulgação.

4.2.12.- Imposto de Renda e Contribuição Social

A provisão para imposto de renda e contribuição social é efetuada com base no lucro tributável do exercício. O valor do imposto de renda é constituído com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro anual excedente a R$ 240.000,00. O valor da contribuição social é calculado à alíquota de 9% do lucro tributável para aquela contribuição.

4.2.12.1.- ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

Em dezembro de 2018, foi emitido o ICPC 22, que procura esclarecer como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 – Tributos sobre o lucro quando há incerteza sobre posições fiscais que ainda não foram aceitas pelas autoridades tributárias.

A interpretação determina que é necessário avaliar se é provável que a autoridade fiscal aceitará o tratamento fiscal escolhido pela entidade: a) se sim, a mesma deve reconhecer o valor nas demonstrações financeiras, conforme apuração fiscal, e considerar a divulgação de informações adicionais sobre a incerteza do tratamento fiscal escolhido; b) se não, a entidade deve reconhecer um valor diferente em suas demonstrações financeiras em relação à apuração fiscal de forma a refletir a incerteza do tratamento fiscal escolhido.

A Companhia entende que adota procedimentos contemplados na legislação e jurisprudências tributárias, de forma que não geram efeitos nas demonstrações financeiras.

4.2.13. - Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional em espécie, depósitos bancários e por aplicações de curto prazo no mercado aberto, com vencimento igual ou inferior a 90 (noventa) dias, com risco insignificante de mudança de valor e que são utilizados pela Companhia para gestão financeira e liquidação de seus compromissos de curto prazo **(Nota 4.4)**.

4.2.14. - Provisão de Férias e 13º Salário

A provisão das férias e do 13º salário e seus respectivos encargos são calculados em função dos direitos adquiridos até a data do balanço.

4.2.15.- Despesas Antecipadas

As despesas antecipadas incluem a aplicação de recursos cujos pagamentos ocorrem antecipadamente em relação aos benefícios que ocorrerão em períodos futuros. A parcela das despesas é reconhecida no resultado de acordo com o princípio da competência **(Nota 4.10)**.

4.2.16. - Ativos não Circulantes

4.2.16.1. - Depósitos Judiciais

A Companhia tem recursos financeiros bloqueados, mantidos na Caixa Econômica Federal, no Banco do Brasil e no Banestes, por determinação judicial, objetivando resguardar futuras decisões das demandas em curso **(Nota 4.14).**

4.2.16.2. - Imobilizado

O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da respectiva depreciação. A depreciação é calculada pelo método linear **(Nota 4.17)**.

4.2.16.3.- Intangível

A Companhia possui registros pelo custo de aquisição de direito de uso de *software*, rede de telecomunicações e dados e estudos e projetos, deduzidos dos valores amortizáveis e calculados pelo método linear ao longo de suas vidas úteis **(Nota 4.18)**.

4.2.17. - Obrigações Sociais

As obrigações sociais são demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis, incluídos os encargos e as variações monetárias incorridas e deduzidos das correspondentes despesas, quando aplicável **(Nota 4.20)**.

4.2.18.- Plano Complementar de Aposentadoria pós Emprego

A Companhia é uma das patrocinadoras do Plano Básico Previdenciário 1 - PBP1, CNPB nº 1978.0005-29, administrado pelo Instituto de Seguridade Social – Portus, entidade fechada de Previdência Complementar – EFPC, que está estruturado na modalidade de benefício definido. O plano tem por característica contribuições mensais, em benefício dos empregados, sendo custeado na mesma proporção pela Companhia e pelos empregados.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial relacionado ao plano de aposentadoria de benefício definido é o valor presente da obrigação na data do balanço menos o valor de mercado dos ativos do plano, ajustado:

Assinado digitalmente pelo DIO - DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO Data: Quinta-feira, 22 de Abril de 2021 às 22:40:50 Código de Autenticação: c440ca4

a) por ganhos e perdas atuariais; b) pelas regras de limitação do valor do ativo apurado; e c) pelos requisitos de fundamentos mínimos. A obrigação de benefício definido é calculada por atuários independentes usando-se o método de crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é calculado mediante o desconto das saídas futuras de caixa, utilizando-se as taxas de juros que condizem com o rendimento de mercado, as quais são representadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de aposentadoria.

Os ganhos e as perdas atuariais são debitados ou creditados diretamente em outros resultados abrangentes no período em que ocorreram. As contribuições são reconhecidas como despesas no período em que são devidas.

4.3.- EVENTOS SIGNIFICATIVOS NO EXERCÍCIO

4.3.1.- COVID-19 (pandemia do coronavírus)

A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou, em 30 de janeiro de 2020, que o surto do novo coronavírus (2019-nCoV) constitui uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII). Em 03/02/2020, o Ministério da Saúde anunciou essa mesma Emergência em nível nacional.

A Lei nº 13.979, de 06/02/2020, dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional, devido a doença causada pelo coronavírus *SARS-CoV-2*.

A atividade desenvolvida pela Companhia é considerada essencial, tendo sido editada a Medida Provisória nº 945, de 04/04/2020, posteriormente convertida na Lei nº 14.047 de 24/08/2020, que dispõe sobre medidas temporárias para enfrentamento da pandemia da Covid-19 no âmbito do setor portuário.

A Companhia, em cooperação com os esforços governamentais vem atuando em diversas frentes no combate a essa pandemia. Internamente vem aplicando ações visando assegurar a segurança de seus empregados próprios, terceiros, trabalhadores avulsos e pessoas das instituições que desenvolvem seu trabalho nas dependências dos portos da Companhia.

As ações incluem o cancelamento de viagens internacionais, limitação de viagens nacionais ao extremamente necessário, inclusão do trabalho remoto (*home-office*) para as áreas que não requeiram a presença física dos empregados, aquisição e distribuição de equipamentos de segurança individuais como máscaras e álcool em gel aos seus empregados e cuidados referentes aos visitantes às suas dependências.

Neste cenário cabe a Companhia apresentar os seguintes destaques:

4.3.1.1. Valor Justo de Ativos e Passivos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros foram revisados, sem impactos relevantes, e estão demonstrados na **Nota 4.40.1** Classificação dos instrumentos financeiros.

4.3.1.2. Benefício Pós-Emprego (BPE)

A Administração da Companhia avaliou que os registros do benefício pós emprego refletem adequadamente a situação do plano, com negociação para o equacionamento do déficit atuarial **(Notas 4.2.17 e 4.41.1)**.

4.3.1.3. Inadimplemento de clientes

A avaliação de perdas esperadas na Companhia é efetuada com base em um critério que considera a data de vencimento associada a uma análise qualitativa do crédito e do cliente. A Companhia entende que o critério vigente e a provisão para perdas de créditos constituída **(Nota 4.5)** atendem adequadamente aos critérios contábeis vigentes.

4.3.1.4. Movimentação de carga

O resultado consolidado do exercício de 2020 confirma a recuperação da movimentação de cargas do Porto de Vitória no decorrer do ano, com uma queda marginal de 0,62% no total acumulado até dezembro quando comparado ao ano anterior. De modo que, a leve queda nas receitas operacionais da Companhia está mais relacionada à queda das receitas contratuais, conforme explicitado na **Nota explicativa 4.33**. A Pandemia de COVID-19 impactou pontualmente a movimentação da carga condicionada em container (-2,2%) e de Malte (-19,6%) em relação ao ano de 2019, enquanto a queda das demais cargas está correlacionada a questões operacionais e concorrenciais, como as quedas observadas na movimentação de concentrado de cobre (-10,8%) e ferro-gusa (-13,6%). Por sua vez, o reajuste de 5,7% das tarifas portuárias da Companhia foi aprovado pela ANTAQ entrou em vigor no início de setembro de 2020, recompondo as perdas inflacionários no período.

4.3.1.5. Legislação para o setor de portos, em face da COVID 19

4.3.1.5.1. Lei nº 14.047 de 24 de agosto de 2020

A Lei nº 14.047/2020, dispõe sobre medidas especiais em resposta à pandemia decorrente da covid-19 com o objetivo de garantir a preservação das atividades portuárias, consideradas essenciais; e sobre a cessão de uso especial de pátios sob administração militar. A medida estabelece as hipóteses em que o Órgão Gestor de Mão de Obra não poderá escalar trabalhador portuário avulso com sintomas da doença; Prevê, enquanto persistir o impedimento de escalação, o direito ao recebimento, pelo trabalhador avulso, de indenização compensatória mensal no valor correspondente a cinquenta por cento sobre a média mensal recebida (considerados os valores recebidos pelo trabalhador por intermédio do Órgão Gestor de Mão de Obra entre 1º de outubro de 2019 e 31 de março de 2020); Proíbe a escalação presencial de trabalhadores portuários, instituindo a sua realização por meio eletrônico; e autoriza a cessão de uso especial de pátios sob administração militar, a título gratuito, às pessoas jurídicas prestadoras de serviço de transporte aéreo público, nacionais, a título precário, durante o período do estado de calamidade pública decorrente da pandemia da covid-19.

4.3.1.5.2. Resolução Antaq nº 7.660 de 06 abril de 2020

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ, considerando a classificação pela Organização Mundial de Saúde – OMS como pandemia do novo coronavírus (COVID-19) editou a Resolução nº 7.660/2020, que:

"Art. 2º Esta Resolução tem por objeto suspender os prazos, pontualmente, previstos na Resolução Normativa nº 32-ANTAQ/2019, na Resolução Normativa nº 28-ANTAQ/2019, na Resolução Normativa nº 29-ANTAQ/2019, na Resolução nº 3.274-ANTAQ/2014, bem como aqueles relacionados à

Contabilidade Regulatória das Administrações Portuárias, tem em vista a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, responsável pelo surto de 2020.

Art. 3º Excepcionalmente, a partir da data de publicação desta Resolução, ficam suspensos por 60 (sessenta) dias os prazos e obrigações dispostos nos seguintes atos normativos:

I - Art. 33 da Resolução Normativa ANTAQ nº 32/2019;
II - Art. 34, II da Resolução Normativa ANTAQ nº 29/2019, originalmente estendido em 180 dias, a partir de 17/11/2019, pelo art. 1º da Resolução ANTAQ nº 7.408/2019;
III - Art. 34, inciso III, alíneas "a" e "b" da Resolução ANTAQ nº 3.274/2014;
IV - Art. 5º da Resolução Normativa ANTAQ nº 28/2019;
V - Art. 33, inciso V, alíneas "d" e "e" da Resolução ANTAQ nº 3.274/2014;
VI - Manual de Contas das Administrações Portuárias, no âmbito do Sistema CONTABIL, referente a apresentação de:
a) demonstrações contábeis regulatórias (DCRs) mensais do exercício de 2020, a contar de mês de referência de fevereiro de 2020;
b) demonstrações contábeis societárias (DCSs) anuais do exercício de 2019;
c) demonstrações contábeis regulatórias (DCRs) anuais do exercício de 2019; e
d) atualizações anuais do Método de Custeio."

4.3.2. Recuperação de valor judicial

Em março de 2020, a CODESA recuperou o valor de R$ 28.195.288 referente a bloqueio judicial ocorrido em setembro de 2019 **(Nota 4.4)**. A recuperação do valor afetou diretamente o Caixa da Companhia e consequentemente a Receita Financeira advinda desse recurso que estava à disposição da Justiça e retornou à conta da CODESA.

4.3.3. Redução do Quadro de Pessoal

No exercício findo em 31/12/2020, o quadro de pessoal foi reduzido em 20 empregados, representando um decréscimo de 7,72% sobre o quantitativo total de empregados da Companhia, passando de 259 para 239 empregados. Os gastos necessários para demissão dos funcionários somaram a quantia de R$ 2.354.195.

4.4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Contas	31/12/2020	31/12/2019
Bancos conta movimento	130.339	152.077
Aplicações financeiras	85.578.245	30.249.453
Total	**85.708.584**	**30.401.530**

Caixa e equivalente de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e as aplicações financeiras.

As aplicações financeiras são de curto prazo, com liquidez imediata, sendo prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado. São demonstradas ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. Possuem opção de resgate antecipado, sem penalidades ou perda de rentabilidade e o seu valor justo está refletido no valor de sua cota.

Conforme políticas definidas para empresas da administração indireta da União, as aplicações da Companhia podem ser efetuadas de acordo com o disposto no Decreto-lei nº 1.290/73 e Resolução BACEN nº 3.285/2005, em fundos de investimento extramercado, administrados pelo Banco do Brasil S.A. O saldo de aplicações financeiras da CODESA está em fundo de investimento do Banco do Brasil, com as características definidas pelo regulamento próprio, cuja rentabilidade no exercício de 2020 gerou ganhos de 3,8234% para a Companhia. No mesmo período o rendimento do CDI foi de 2,75%, ou seja, as aplicações geraram um ganho de 1,0734 p.p. acima do CDI.

O saldo de valores recebidos da União para futuro aumento de capital também está aplicado em fundos de investimento extramercado, inclusive os recursos recebidos até 31/12/2018 que estavam classificados na conta "SIAFI" (reclassificado 2018).

O aumento verificado na conta de aplicações financeiras, decorre em grande parte de: a) resgate judicial de R$ 28.195.288, em 10/03/2020, do bloqueio judicial determinado pela Justiça Estadual ocorrido em 23/09/2019 (Processo Cível número 0006941-75.2012.8.08.0024); b) recuperação do valor de R$ 5.009.251, em 20/05/2020, referente à restituição de pagamento à REFIS (processo RFB nº 11543.720.006/2012-28); c) ausência em 2020 de desembolso referente adiantamento de parcelamento com o PORTUS (TCF de 2005), que em 2019 foi no montante de R$ 9.972.619 reduzindo o saldo da conta no ano do desembolso; d) pagamento de R$ 2.354.195 em 2020 referente a rescisões em detrimento ao montante de R$ 11.760.907 no ano de 2019, impactando negativamente o caixa no exercício de 2019.

4.5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Contas	31/12/2020	31/12/2019
Clientes a Receber Circulante	10.121.734	18.625.841
A vencer	3.851.420	6.313.574
Vencidas até 90 dias	2.852.094	1.684.602
Vencidas 91 a 180 dias	8.140	829.069
Vencidas 180 a 360 dias	237.782	1.581.370
Vencidas há mais de 360 dias	3.172.299	8.217.226
(-) Prov. cred. liquidação duvidosa	(3.421.433)	(11.426.523)

Assinado digitalmente pelo DIO - DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO Data: Quinta-feira, 22 de Abril de 2021 às 22:40:50 Código de Autenticação: c440c

Subtotal	6.700.300	7.199.318
Clientes a Receber não circulante	3.942.983	3.942.983
Subtotal	**3.942.983**	**3.942.983**
Total	**10.643.284**	**11.142.301**

Os saldos de Clientes são reconhecidos inicialmente ao valor justo, pelo valor faturado, incluindo os respectivos tributos indiretos de responsabilidade tributária da Companhia.

O saldo de Clientes refere-se a: a) arrendamentos em áreas de propriedade ou aforadas à Companhia pela União, na área do Porto Organizado de Vitória e Barra do Riacho, e b) valores a receber relativos à utilização de infraestruturas portuária e terrestre, armazenagem e aluguel de equipamentos.

A Companhia constituiu, no ano de 2019, um Comitê de Recuperação de Créditos, por meio da Resolução nº 44/2019, que vem ao longo dos dois últimos exercícios renegociando valores a receber de clientes **(Nota 4.6)**.

A CODESA estabeleceu novo critério para a apuração e mensuração das Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação-PECLD, com aplicação a partir de dezembro/2019. O critério gerencial estabeleceu que todos os valores a receber, vencidos, de clientes que tenham débitos vencidos há mais de 180 dias deverão ser provisionados como créditos de liquidação duvidosa. Pela nova política, além do critério de data de vencimento também está associado uma análise qualitativa do crédito e do cliente para fins de provisão das perdas estimadas.

A expressiva redução de Clientes e respectivamente do PECLD em 2020 decorre principalmente de renegociação com parcelamento de dívida de Clientes **(Nota 4.6)**.

4.6. CRÉDITOS NEGOCIADOS COM CLIENTES

Contas	31/12/2020	31/12/2019
Peiú	623.710	1.496.904
OGMO	-	378.206
Polimodal	-	280.930
Liquiport	228.837	210.831
Vol - Vitória Offshore Logistics	212.765	-
Síntese Eventos	71.128	
Hiper Export	2.683.368	
Subtotal Circulante	3.819.808	2.366.871
Peiú não circulante	-	374.227
Hiper Export	10.190.156	
Subtotal Não Circulante	**10.190.156**	**374.227**
Total	**14.009.964**	**2.741.098**

O Comitê de Recuperação de Créditos realizou avaliação da inadimplência dos clientes, o que resultou em procedimentos de cobranças e em renegociações de créditos, visando reduzir e evitar o crescimento da inadimplência.

Foi estabelecido pelo Comitê uma rotina de reuniões sistematizadas para avaliar caso a caso as condições dos devedores, com reunião para negociação de saldos em abertos, por intermédio de instrumento legal de confissão de dívida, fortalecendo as políticas e diretrizes das Normas de Faturamento vigente.

Durante o exercício de 2020, o Comitê logrou êxito na negociação com quatro Clientes, de débitos no montante de R$ 14.045.807. A principal negociação realizada no exercício de 2020 foi a concretização do Termo de Confissão de Dívida com o cliente Hiper Export. O novo instrumento de crédito contabilizado nesse grupo teve como contrapartida os valores de Clientes e PECLD de clientes registrados no Ativo da Companhia.

Os acordos realizados, em grande maioria, estão sendo cumpridos pelos credores, sendo que em 31/12/2020 constava apenas o registro de R$ 837.780 em parcelas vencidas há menos de 180 dias e não liquidadas (ver **Nota 4.47.3** em eventos subsequentes). Constantemente o Comitê tem se reunido com as empresas com parcelas vencidas a fim de propor um cronograma de liquidação, para que tais débitos sejam equacionados.

Clientes renegociados	31/12/2020
PEIÚ - Acordo judicial	**308.702**
Parcela 14	*151.862*
Parcela 15	*156.840*
PEIÚ - Área adicional	**374.386**
Mensal	80.887
Intermediária	293.500
HIPER EXPORT parcela 5	**154.691**
Total	**837.780**

4.7. ADIANTAMENTOS A FUNCIONÁRIOS

Contas	31/12/2020	31/12/2019
Adiantamentos salários/13º Salários	136.644	150.652
Férias/Empréstimos Férias	875.951	1.365.046
Salário maternidade/prorrrogado	236.571	230.687
Diárias de viagem	69.650	66.134
Pensão/Adiantamento Férias	-	3.185
Outros adiantamentos a empregados	34.392	34.029
Total	**1.353.208**	**1.849.733**

Os adiantamentos de salários, 13º salário, férias, pensão e outros adiantamentos são compensados em folha de pagamento de períodos subsequentes. O valor de salário maternidade prorrogado será compensado no pagamento de IRPJ. O valor de diárias com viagens refere-se as antecipações de valores que serão transferidos para despesa assim que realizados ou devolvidos a companhia.

4.8. ESTOQUES

Contas	31/12/2020	31/12/2019
Almoxarifado	96.720	91.177
Total	**96.720**	**91.177**

A conta Estoque da Companhia é composto apenas de Almoxarifado e contempla os materiais de consumo de expediente.

4.9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

Contas	31/12/2020	31/12/2019
Imposto de renda pessoa jurídica – IRPJ	2.777.520	2.831.878
Contribuição social s/ lucro líquido – CSLL	494.138	395.047
COFINS a recuperar	1.482.119	-
PIS/PASEP a recuperar	316.412	-
IRRF S/ aplic. financeiras	-	
Processo Refis - SRF	-	5.060.938
Crédito PIS/PASEP s/ aquisiição bens	2.650.619	-
Crédito COFINS s/ aquisiição bens	12.178.169	-
ISS Retido	95.164	93.434
Outros impostos a recuperar	28.490	26.014
Subtotal Circulante	**20.022.632**	**8.407.311**
Crédito PIS/PASEP s/ aquisiição bens	1.969.382	
Crédito COFINS s/ aquisiição bens	9.071.095	
Subtotal Não Circulante	**11.040.477**	-
Total	**31.063.108**	**8.407.311**

Os impostos e contribuições a recuperar contemplam saldos negativos de declaração relativas ao exercício social e exercícios anteriores, créditos de PIS/PASEP e COFINS na aquisição de bens do Imobilizado, créditos retidos na fonte a serem utilizados no pagamento de impostos além de outros créditos passiveis de recuperação.

O crédito relativo a REFIS, originário de pagamentos realizados pela Companhia quando da adesão ao REFIS instituído pela Medida Provisória nº 1923, de 6 de outubro de 1999, foi restituído em maio/2020.

O maior impacto nesse grupo de contas no ano de 2020 decorre da revisão no cálculo e apuração do PIS/PASEP e COFINS com a utilização de créditos de depreciação e do valor de aquisição de bens do Ativo Imobilizado.

Após a revisão dos valores devidos em 2020, o total dos créditos identificados (R$ 1.482.119 e R$ 316.411) foi devidamente ajustado contabilmente e retificado nas declarações acessórias Receita Federal do Brasil (EFD-Contribuições, DCTF e PERDCOMP) pertinentes aos créditos/débitos.

Os créditos de PIS/PASEP e COFINS advindos dos créditos de depreciação dos últimos 5 (cinco) anos estão sendo levantados para que sejam realizados os devidos ajustes e reconhecimentos.

Também foram reconhecidos no ano de 2020 os valores de crédito de PIS/PASEP e COFINS na aquisição (transferência de obras em andamento para em uso) de bens do Imobilizado (R$ 21.249.264 e R$ 4.620.001), conforme prevê a o Art. 175 da IN 1.911/2019. Esses valores deverão ser utilizados no prazo de 24 meses, por esse motivo parte ficou registrada no circulante e parte no Ativo não circulante.

4.10. DESPESAS ANTECIPADAS

Contas	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Assinatura de jornais e revistas	4.10.1	224	4.373
Licença de *software*	4.10.1	10.265	16.179
Seguros Responsabil. Civil Administradores	4.10.2	252.000	212.049
Seguro de Vida usuários e Terceiros	4.10.3	12.528	11.712
Total		**275.018**	**244.313**

4.10.1. Assinatura de jornais e revistas e licença de software

Apropriados mensalmente pela vigência do contrato.

4.10.2. Seguro de responsabilidade civil de administradores

Essa modalidade de seguro é contratada por obrigação do Estatuto da Companhia que em seu Art. 39 estabelece a obrigação de manter seguro de responsabilidade civil permanente em favor dos administradores e membros do Conselho Fiscal. A contratação também é justificada pela Lei nº 13.303/2016, que trouxe consigo instrumentos relacionados à responsabilização civil dos agentes públicos, especificamente em seu art. 17, § 1º.

A apólice atual (08737.2020.01.0310.001164) foi contratada com a empresa AIG Seguros Brasil e tem sua vigência desde 25/11/2020 até 25/11/2021.

4.10.3. Seguro de vida para usuários e terceiros

A contratação do Seguro de Acidentes pessoais para Usuários e Terceiros atende a notificação da ANTAQ, conforme descriminado na Resolução nº3274 art. 32 XVIII:

Art. 32. Constituem infrações administrativas a que se sujeitam a Autoridade Portuária, o arrendatário, o autorizatário e o operador portuário, observadas as responsabilidades legal, regulamentar e contratualmente atribuídas a cada um desses agentes:

XVIII - não contratar ou deixar de renovar seguro de responsabilidade civil e de acidentes pessoais para cobertura para os usuários e terceiros e outros exigidos em convênio de delegação, ou nos respectivos instrumentos

Assinado digitalmente pelo DIO - DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO Data: Quinta-feira, 22 de Abril de 2021 às 22:40:50 Código de Autenticação: c440ca4

contratuais: multa de até R$ 100.000,00 (cem mil reais);

Segundo a Antaq, o Seguro de Acidentes Pessoais para cobertura de Usuários e Terceiros visa proteger a vida e a integridade dos usuários e terceiros que atuam nas instalações do Porto de Vitória.

A apólice vigente (19.0982.001.50724) firmada com a empresa MBM Seguros de Pessoas tem sua vigência contratual até 21/09/2021.

4.11. ASSISTÊNCIA MÉDICA A RECUPERAR

Contas	31/12/2020	31/12/2019
Empregados	354.233	168.853
Demais Usuários	868.955	264.189
(-) PECLD	(223.369)	(41.075)
Subtotal Circulante	**999.820**	**391.967**
Empregados não circulante	3.413.374	3.259.288
Demais Usuários não circulante	7.548.131	7.730.992
(-) PECLD	(8.453.512)	(8.318.573)
Subtotal Não Circulante	**2.507.993**	**2.671.707**
Total	**3.507.812**	**3.063.675**

O benefício de assistência à saúde oferecido pela Companhia aos seus empregados está concebido na modalidade de autogestão, registrado na Agência Nacional de Saúde – ANS, sem cobrança de mensalidade, em que o gasto é pós estabelecido, uma vez que o seu valor é de total responsabilidade e integralmente pago pela Companhia aos prestadores de serviço credenciados, não gerando, portanto, passivo de benefício pós emprego.

Os gastos com a assistência à saúde são custeados em 90% pela Companhia e 10% pelos empregados. O plano é extensivo aos aposentados que assumem integralmente os seus gastos. Como regra geral, a cobrança se dá através de descontos em folha de pagamento dos empregados, observada a legislação para descontos, e para os aposentados, através de débito por eles autorizados no valor dos seus proventos de aposentadoria, em 10%, 20% e 30%, de acordo com o valor de seu débito. Algumas exceções ocorrem quando o aposentado não realiza o pagamento por débito automático por falta de fundos ou documentação atrasada ou quando deseja quitar um valor maior do que o descontado, e nesses casos o pagamento é feito via boleto ou depósito bancário.

A partir de dezembro de 2019, a Companhia passou a contabilizar mensalmente o valor de responsabilidade do empregado e do aposentado em contas do ativo circulante e não circulante e o valor de responsabilidade da Companhia em contas de custos da operação portuária e despesa de pessoal, de acordo com o centro de custo do empregado.
A cada trimestre a Companhia realiza avaliação dos créditos de assistência médica a recuperar, adotando como critério para apuração e constituição de Perdas Estimadas em Crédito de Liquidação Duvidosa - PECLD 100% das situações 3, 4, 5 e 6, da tabela Assistência Médica a Recuperar, abaixo, para empregado e aposentado. Para as situações 1 e 2, são feitas avaliações caso a caso, com a projeção do valor do desconto mensal, com base na situação atual, apuração do prazo requerido para quitação total das prestações e tabela de expectativa de vida do IBGE. Os valores a vencer, cujo prazo para quitação excederam a expectativa de vida, foram totalmente provisionados.

Aplicando-se o critério estabelecido, o valor apurado para a PECLD ao final do exercício de 2020 foi de R$ 8.676.881, conforme demonstrado na tabela Assistência Médica a Recuperar. Em 31/12/2019, o valor provisionado era de R$8.359.648.

A posição das contas de assistência médica a recuperar e dos valores provisionados em 31/12/2020 e 31/12/2019, estão na tabela abaixo:

Situação do Plano 31/12/2020						
	Empregado		Aposentado		Total	
	Crédito	Provisão	Crédito	Provisão	Crédito	Provisão
1) - Regulares	942.895	55.181	2.348.275	446.097	3.291.170	501.278
2) - Invalidez	0	0	0	0	0	0
3) - Uso suspenso	2.797	95	2.158.199	1.443.107	2.160.996	1.443.202
4) - Óbito	2.778.620	2.778.620	3.910.612	3.910.612	6.689.232	6.689.232
5) - Demitido	21.771	21.771	0	0	21.771	21.771
6) - Outros	21.524	21.397	0	0	21.524	21.397
Total	**3.767.607**	**2.877.065**	**8.417.086**	**5.799.816**	**12.184.693**	**8.676.881**
Circulante	354.233	3.933	868.955	219.435	1.223.188	223.369
Não circulante	3.413.374	2.873.131	7.548.131	5.580.381	10.961.505	8.453.512
Situação do Plano 31/12/2019						
	Empregado		Aposentado		Total	
	Crédito	Provisão	Crédito	Provisão	Crédito	Provisão
1) - Regulares	883.619	80.621	3.904.968	1.838.782	4.788.587	1.919.403
2) - Invalidez	0	0	238.350	43.859	238.350	43.859
3) - Uso suspenso	95	95	1.029.685	1.029.685	1.029.780	1.029.780
4) - Óbito	2.522.062	2.522.062	2.794.954	2.794.954	5.317.016	5.317.016
5) - Demitido	21.388	21.388	27.225	27.225	48.613	48.613
6) - Outros	977	977	0	0	977	977
Total	**3.428.141**	**2.625.143**	**7.995.182**	**5.734.505**	**11.423.323**	**8.359.648**
Circulante	168.853	22.673	264.189	18.402	433.042	41.075
Não circulante	3.259.288	2.602.470	7.730.992	5.716.102	10.990.280	8.318.572

A Administração da Companhia considera que o modelo de gestão do plano de saúde tal como descrito acima é economicamente insustentável, pelo que inaugurou no ano de 2019 tratativas com os sindicatos dos trabalhadores com o objetivo de estabelecer a cobrança de mensalidades de todos os beneficiários do plano de saúde. O cálculo das mensalidades atende a critérios atuariais e regulatórios (ANS – Agência Nacional de Saúde), bem como as Resoluções CGPAR nº 22 e 23/2018 do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, que estabelecem diretrizes e parâmetros mínimos de governança e custeio para as empresas estatais federais sobre benefícios de assistência à saúde na modalidade de autogestão.

O novo modelo de plano de saúde a ser ofertado nos ACTs já foi analisado e aprovado pela Diretoria Executiva e Conselho Administrativo, e prevê a implantação de mensalidade a todos os beneficiários, e alterou inclusive os percentuais de cobrança para empregados ativos (de 10% para 50%), agregados (de 10% para 100%) e inativos de 100%. A gestão manterá as adequações de forma a atender a legislação vigente e as normas da ANS. Para a implantação do novo modelo de custeio, a gestão do plano atualizou o estudo atuarial, promoveu alterações no manual de utilização do plano e, concomitante, foi assinado em 07/05/2020 os novos ACTs firmados entre a CODESA e os sindicatos Suport e Aquasind.

A nova modelagem de custeio do plano de saúde está sendo analisada pela Sest - Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, estando registrado no SEI – Sistema Eletrônico de Informação sob nº 50.000.000.679.2021-48.

Cabe ressaltar que a adequação das cláusulas que tratam do Plano de Saúde da empresa é de extrema importância, sobretudo em decorrência do aumento da faixa etária dos usuários, o que na prática acaba causando um crescimento exponencial nos gastos anuais com o plano de saúde. A partir da implantação do novo modelo de custeio proposto será permitido a administração os ajustes nas mensalidades, em conformidade a sinistralidade que será apurada anualmente a partir de estudos atuariais.

4.12. CRÉDITOS CONVÊNIOS

Contas	31/12/2020	31/12/2019
Convênio SNP	1.025.874	1.022.076
Total	**1.025.874**	**1.022.076**

Convênio SNP registra valores recebidos por meio de convênio firmado entre a Secretaria Nacional de Portos - SNP e a Companhia Docas do Espírito Santo – CODESA. O convênio tem como objetivo o repasse de recursos para execução de serviços técnicos operacionais e apoio ao gerenciamento e fiscalização da obra de dragagem de aprofundamento e derrocagem no Porto de Vitória.

Os relatórios de execução visando prestação de contas foram inseridos pela Companhia no SICONV, conforme requerido pelo convênio e encontram-se no status "Em análise pelo Fiscal Concedente" desde agosto de 2018.

4.13. OUTROS CRÉDITOS CIRCULANTES

Contas	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Adiantamento a fornecedores	4.13.1	5.718	-
Suprimento de fundos	4.13.1	250	1.167,04
Reembolso salários, encargos ou honorários	4.13.2	17.931	20.864
Total		**23.900**	**22.031**

4.13.1. Adiantamento a fornecedores e suprimento de fundos

Trata-se de desembolsos antecipados, quando ao executar o serviço ou a prestação de contas os valores são transferidos para as respectivas despesas.

4.13.2. Reembolso salários, encargos ou honorários

Valores a recuperar de funcionário cedido e honorários a recuperar.

4.14. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Contas	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Depósitos trabalhistas	4.14.1	33.581.595	37.471.892
Depósitos recursais	4.14.2	3.579.468	3.763.389
Depósitos outros	4.14.3	6.309.555	34.462.627
Total		**43.470.618**	**75.697.908**

Representam ativos da Companhia depositados a título de penhora, por determinação da Justiça, para garantir o juízo, para pagamento de honorários de auxiliares da justiça (peritos e outros) e/ou como depósito recursal. Não se confundem com as custas ou preparo recursal, que têm natureza tributária e são devidos ao Poder Judiciário (os depósitos podem retornar para a Companhia em caso de êxito na ação judicial).

Mensalmente a CODESA solicita extratos judiciais junto aos bancos do Brasil, Caixa Econômica Federal e Banestes para conferência e conciliação dos valores depositados e sacados das contas judiciais. A partir dos extratos e com os documentos hábeis fornecidos pelo setor jurídico as devidas baixas e transferências são realizadas.

O trabalho de análise dos valores depositados vinha sendo feito juntamente com as rotinas de controle de movimentação das contas, porém, a partir da Resolução nº 40/2020, a diretoria instituiu grupo de trabalho para controle e recuperação de quantias depositadas em contas judiciais.

4.14.1. Depósitos trabalhistas

Depósitos trabalhistas	Valor
Saldo em 31/12/2019	**37.471.892**
Depósitos/Bloqueios	6.685.409
Juros/Atualizações/IR	625.808
IR s/ resgates CODESA	(87.899)
Resgates CODESA	(4.870.634)
Saques Reclamantes	(6.702.934)
Ajuste de Provisão	459.954
Saldo em 31/12/2020	**33.581.595**

Os depósitos realizados nas reclamações trabalhistas são, em regra, a título de depósito recursal, honorários periciais e garantias de execução.

Os honorários periciais são efetivamente pagos quando a Companhia é

Assinado digitalmente pelo DIO - DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO Data: Quinta-feira, 22 de Abril de 2021 às 22:40:50 Código de Autenticação: c440c

sucumbente no pedido referente ao objeto da prova pericial. A garantia da execução é feita já na fase de execução, para garantir o juízo quando há interesse da Companhia na impugnação dos cálculos homologados.

4.14.2. Depósitos recursais

Depósitos recursais	Valor
Saldo em 31/12/2019	**3.763.389**
Depósitos/Bloqueios	143.811
Juros/Atualizações/IR	26.062
IR s/ resgates CODESA	(1.088)
Resgates CODESA	(144.397)
Saques Reclamantes	(209.851)
Ajuste de Provisão	1.542
Saldo em 31/12/2020	**3.579.468**

Os depósitos recursais são pagos como pressupostos de admissibilidade recursal e são, no caso de manutenção de eventual condenação, compensados no valor total da execução.

4.14.3. Depósitos outros

Depósitos outros	Valor
Saldo em 31/12/2019	**34.462.627**
Depósitos/Bloqueios	196.182
Juros/Atualizações/IR	520.684
Resgates CODESA	(29.332.592)
Saques Reclamantes	423.765
Transferências	(2.534)
Ajuste de Provisão	41.422
Saldo em 31/12/2020	**6.309.555**

Em 23 de setembro de 2019, a justiça estadual determinou o bloqueio do valor de R$ 28.142.818 das contas de aplicação da Companhia, decorrente do processo cível 0006941-75.2012.8.08.0024. Conforme entendimento do setor jurídico da Companhia optou-se pelo não provisionamento do montante em função de graves vícios de invalidade no processo judicial e por considerar altíssima a probabilidade do retorno desse dinheiro ao caixa da Companhia, o que efetivamente ocorreu em 10/03/2020 com o desbloqueio no valor atualizado de R$ 28.487.498,92.

4.15. OUTROS CRÉDITOS NÃO CIRCULANTES

Contas	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Juros de mora/multas	4.15.1	98.396	124.160
Garantia locação imóvel	4.15.2	195.717	183.000
FUNDAF a recuperar	4.15.3	2.630.991	-
Adiantamentos diversos	4.15.4	116.409	116.409
Fundos de Investimentos	4.15.5	13.540	13.540
Total		**3.055.053**	**437.109**

4.15.1. Juros de mora/multas

Valores relativos a multas pagas, passíveis de recuperação após processo de apuração de responsabilidade.

4.15.2. Garantia locação imóvel

Garantia depositada na conta do fornecedor Vargas Junior como garantia do contrato nº11/2019 referente locação de imóvel para sede administrativa.

4.15.3. FUNDAF a recuperar

Crédito referente a pagamentos indevidos realizados pela Companhia a título de FUNDAF - Fundo de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização.

A Receita Federal, por meio do Ato Declaratório nº 09/2016, dispensou a Fazenda Nacional de apresentar contestação e de oferecer resistência no caso de pedido de ressarcimento do FUNDAF por empresas que exploram terminais aduaneiros de uso público, e reconhece a natureza jurídica da taxa, situação em que se enquadra a Companhia, haja vista se tratar de empresa exploradora de instalação portuária de uso público, não abrangendo instalações portuárias de uso privativo.

Após orientação jurídica sobre a não obrigatoriedade do pagamento, a CODESA cessou a liquidação das taxas pagas mensalmente e ingressou junto à Receita Federal petição (Processo nº 10166730301-202017) solicitando os ressarcimentos dos pagamentos realizados nos últimos cinco anos.

De toda forma, de acordo com o princípio do conservadorismo, a Companhia reconheceu como crédito apenas os valores liquidados a partir da data do Ato declaratório nº 09/2016, atualizando os mesmos pela taxa SELIC.

Ainda seguindo as orientações das melhores práticas e regras estabelecidas nos pronunciamentos contábeis, as despesas realizadas em 2020 foram estornadas do próprio resultado **(Nota 4.37)**, e os valores a recuperar referente a períodos anteriores foram registrados na rubrica de ajustes de exercícios anteriores **(Nota 4.33.4.1)**.

4.15.4. Adiantamentos diversos

Valores de créditos decorrentes de salário maternidade prorrogado a recuperar, auxílio-doença e assistência médica odontológica.

4.15.5. Fundos de Investimento

Fundos de Investimentos composto por Embraer (R$ 1.061) e FISET - Fundo de Investimento Setorial (R$ 12.478).

4.16. INVESTIMENTOS

Trata-se de valores no grupo de Obras de Arte/outros.

4.17. IMOBILIZADO

O ativo imobilizado da Companhia, líquido de depreciação, nos exercícios findos em 31/12/2020 e 31/12/2019, está composto dos seguintes grupos, com seus respectivos valores e taxas de depreciação:

Imobilizado líquido	Taxa depreciação	31/12/2020	31/12/2019
Terrenos	-	11.056.064	11.056.064
Obras complementares	4% a 5%	1.348.717	1.495.769
Obras civis	2,5% a 50%	387.405.703	205.053.190
Instalações	4% a 10%	23.489.534	23.523.414
Máquinas e equipamentos	5% a 25%	483.120	114.654
Móveis e utensílios	10%	629.945	595.490
Equip.de proc. eletrônico de dados	20%	114.044	55.280
Imobilizado em curso	-	27.694.891	214.758.575
Provisão de bens em inventários	-	(327.913)	(440.831)
Crédito PASEP/COFINS aquis.bens	-	(29.397.903)	-
Direito de uso arrendamento	-	5.437.254	5.317.793
Total	**-**	**427.933.456**	**461.529.398**

De acordo com a 1827ª reunião da Diretoria Executiva da Companhia, foi constituída nova composição para a CABP - Comissão de Avaliação de Bens Patrimoniais, conforme preconiza o REATI - Regulamento do Ativo Imobilizado, que saneou em 2019, diversas pendências existentes com relação aos controles patrimoniais da Companhia.

Em julho de 2020, foi finalizado um estudo interno da Companhia (Nota Técnica DIRPRE/CODCON nº 01/2020) de revisão da vida útil de bens de infraestrutura portuária. No estudo foram levantados dados históricos, de engenharia, teóricos e de práticas do mercado. A alteração de vida útil foi aprovada em reunião de Diretoria Executiva da Companhia com valores ajustados retroativamente desde o início do presente exercício para os seguintes bens:

Bem	Vida útil - em anos	
	De	Para
Berços - estrutura de concreto	25 e 40	50
Molhes/quebra mar	25	100
Defensas de borracha ou material equivalente	25	15

O aumento das vidas úteis de berços e molhes/quebra mar, com a consequente diminuição de suas taxas de depreciação, não alterou a base de cálculo do IRPJ e CSSL, pela aplicação do limite de vida útil/depreciação constante do Anexo III, da IN RFB 1.700, § 4º, do artigo 124. No que tange ao inventário físico dos bens, em 10/12/2020, foi assinado o contrato nº 34/2020, cujo objeto é a contratação do serviço de inventário físico para atualização da base de dados e identificação dos bens do ativo imobilizado (bens móveis próprios e de terceiros, bens pertencentes ao ativo intangível e bens de uso duradouro), cuja finalização está prevista para o final do primeiro semestre do ano de 2021.

Ainda no exercício de 2020 a CABP realizou novamente um trabalho de revisão dos bens de maior valor para a Companhia. Na Nota Técnica nº CABP nº 01/2020 foram evidenciados e apontados bens imóveis não mais existentes na Companhia. Os valores residuais foram, segundo os princípios do conservadorismo e competência, provisionados até que se proceda os trâmites internos determinados pelo REATI necessários para a baixa definitiva dos bens.

Conforme determina o Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos o cálculo do teste de recuperabilidade foi realizado internamente para o saldo de dezembro de 2020 e não aponta probabilidade de perdas de ativos da Companhia.

Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos foram agrupados em 2 (duas) Unidades Geradora de Caixa, UGC – Porto de Vitória e UGC – Barra do Riacho, porém com base nos valores de ativo e geração de receita o teste foi realizado apenas na UGC – Porto de Vitória. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto calculada a partir da metodologia aprovada pela Resolução CODESA nº 33 de 2019 que totalizou 9,67% para o período.

Segue quadro demonstrativo da movimentação das contas do Ativo Imobilizado durante o ano de 2020:

Imobilizado líquido	Saldo 31/12/2019	Crédito PIS/PASEP e COFINS	Adição	Baixa	Transf.	Deprec. Acumulada no período	Saldo 31/12/2020
Terrenos	**11.056.064**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**11.056.064**
Obras complementares	**1.495.769**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(147.052)**	**1.348.717**
Obras civis	**205.053.190**	**(29.234.715)**	**480.162**	**(194.057)**	**190.909.189**	**(8.842.782)**	**358.170.987**
Instalações	**23.523.414**	**(163.187)**	**22.850**	**-**	**1.764.185**	**(1.820.914)**	**23.326.347**
Máquinas e equip.	**114.654**		**433.140**	**0**	**0**	**(9.050)**	**538.744**
Móveis e utensílios	**595.490**	**-**	**151.099**	**-**		**(116.643)**	**629.945**
Equip. eletr. dados	**55.280**	**-**	**96.026**	**-**		**(37.263)**	**114.044**
Imobilizado em curso	**214.758.575**	**-**	**5.609.690**	**-**	**(192.673.374)**	**-**	**27.694.891**
Provisão de bens em inventário	**(440.831)**	**-**	**(19.629)**	**132.547**		**-**	**(327.913)**

Assinado digitalmente pelo DIO - DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO Data: Quinta-feira, 22 de Abril de 2021 às 22:40:50 Código de Autenticação: c440ca4

Direito de uso arrenda-mento	**5.317.793**	**-**	**670.117**	**-**	**-**	**(550.657)**	**5.437.253**
Total	**461.529.398**	**(29.397.903)**	**7.443.454**	**(61.510)**	**(0)**	**(11.524.360)**	**427.989.080**

Os investimentos de maior relevância durante o exercício de 2020 ocorreram com sinalização náutica (R$ 480.162), viaturas para guarda portuária (R$ 433.140) e acréscimos no Imobilizado em Curso no montante de R$ 5.609.690 (R$ 1.041.534,36 referente aos faróis do alinhamento D; R$ 3.844.006,82 referente a cadeia logística e R$ 86.188 referente a construção de talude).

Em dezembro de 2020 dois grandes investimentos que estavam contabilizados em Obras em Andamento foram transferidos para as contas de Imobilização em Uso devido ao início da utilização dos bens, são eles: Construção do Cais do Atalaia no total de R$ 173.816.233 (R$ 191.533.039 deduzido do crédito a recuperar de PIS/PASEP e COFINS) e construção dos faroletes do alinhamento D no total de R$ 1.140.334.
A Provisão de bens inventariados registra as baixas de bens que estão em processo de regularização. Conforme autorização prevista no regulamento interno, foi realizada a baixa definitiva no valor líquido de R$ 194.057 de bens imóveis. Parte desse valor (R$ 132.547) já havia sido provisionada em dezembro de 2019.

Direito de uso de arrendamento refere-se à contabilização do contrato de aluguel, em atendimento ao CPC 6 (R2) - Arrendamentos, firmado com a Vargas Junior, pela Unidade de Administração e Negócios, sede da Companhia. O valor foi reajustado em novembro de 2020 conforme a previsão contratual.

Direito de uso e arrendamento trata-se de reconhecimento de contrato de aluguel de imóvel para fins de sede administrativa da Companhia (Unidade de Administração e Negócios). O contrato de número 11/2019, firmado com a empresa Vargas Junior, enquadra-se no conceito de arrendamento previsto no CPC 6 (R2) - Arrendamentos, portanto teve seu valor reconhecido tanto no Ativo Imobilizado quanto no Passivo.

O valor da parcela mensal a título de aluguel foi reajustado em novembro de 2020. O valor do arrendamento reconhecido está sendo depreciado mensalmente, conforme previsão da norma contábil, a partir de dezembro de 2019 de forma linear até o final do contrato.

4.18. INTANGÍVEL

O ativo intangível líquido da Companhia em 31/12/2020 está composto das seguintes contas com seus respectivos valores e taxas de amortização:

Intangível líquido	Taxa amortização	2020	2019
Estudos e projetos	20%	8.631	16.851
Rede telefônica e com. de dados	10%	-	17.857
Projeto VTMIS	20%	-	65.305
Total	**-**	**15.408**	**100.013**

Não ocorreu nenhuma adição ou baixa nesse grupo durante o ano, apenas a amortização mensal dos valores.

Intangível líquido	Saldo 31/12/2019	Adição	Baixa	Transf.	Amort. Acumulada no período	Saldo 31/12/2020
Estudos e projetos	16.851	-	-	-	(8.220)	8.631
Rede Com. de dados	17.857	-	-	-	(11.081)	6.777
Projeto VTMIS	65.305	-	-	-	(65.305)	0
Total	**100.013**	**0**	**0**	**0**	**(84.605)**	**15.408**

Conforme determina o Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de Ativos, o cálculo do teste de recuperabilidade foi realizado internamente para o saldo de dezembro de 2020, e não aponta probabilidade de perdas de ativos da Companhia **(Nota 4.17)**.

4.19. FORNECEDORES DE BENS E SERVIÇOS

Contas	31/12/2020	31/12/2019
Bens e serviços	1.848.826	4.630.656
Total	**1.848.826**	**4.630.656**

O fornecimento de bens e serviços é evidenciado pela emissão do documento fiscal, observando o regime de competência, com as devidas retenções legais.

No ano de 2020 todos os valores a pagar são relativos a títulos a vencer cujos fornecedores possuem contratos de fornecimento de bens ou serviços regulares para a atividade da Companhia.

4.20. OBRIGAÇÕES SOCIAIS

Contas	31/12/2020	31/12/2019
Folhas a pagar	159.874	43.813
Prov. para férias e encargos	3.880.532	4.445.605
Assist. Médica/Odontológica	681.874	923.477
Total	**4.722.281**	**5.412.895**

A conta Folhas a Pagar é relativa aos aposentados cujos pagamentos podem ser realizados até o início do mês subsequente. Esses pagamentos referem-se à previsão em acordo coletivo de trabalho, que prevê complementação, para empregados admitidos até 04.06.65 e aposentados, de diferença entre os proventos da aposentadoria deferida pelo Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS e o valor do salário base do portuário ativo de igual categoria. Em 31/12/2020, existiam 53 ex-empregados nesse enquadramento.

As provisões de férias e encargos sociais são registradas por competência e realizadas nos meses do fato gerador.

Assistência médica/odontológica são obrigações junto aos prestadores de serviço, relativas a benefícios assistenciais aos empregados, dependentes e aposentados.

4.21. OBRIGAÇÕES FISCAIS E TRABALHISTAS

Contas	31/12/2020	31/12/2019
FGTS	284.051	319.463
INSS	341.394	338.871
REFIS	-	350.744
PASEP	10.000	337.479
COFINS	20.000	1.558.678
FUNDAF	-	52.380
IRPJ	148.077	-
CSLL	162.028	-
Total	**965.550**	**2.957.615**

As obrigações fiscais e trabalhistas da Companhia, provisionadas pelo regime de competência, são quitadas nos respectivos vencimentos.
No mês de dezembro de 2020, realizou-se a compensação de créditos na aquisição de bens do Ativo Imobilizado para fins de pagamento do PIS/PASE e COFINS, o que refletiu em um menor saldo a pagar ao final do exercício.

O conta referente ao FUNDAF- Fundo de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de
Fiscalização não apresenta saldo em aberto, pois a taxa em questão é dispensada de recolhimento por empresas que explorem terminais aduaneiros de uso público **(Nota 4.15.3)**.

4.22. DEPÓSITOS, CONTRIBUIÇÕES E CONSIGNAÇÕES A RECOLHER

Contas	31/12/2020	31/12/2019
IRF - Imposto renda na fonte	735.945	732.614
Empréstimos Banestes	47.002	1.662
Empréstimos Banco do Brasil	43.082	4.055
Lei 9430/96-IRPJ-CSLL-COFINS-PIS-PASEP	298.270	255.182
INSS Retenção serv. prestados terceiros	63.341	51.990
Outros	159.549	31.183
Total	**1.347.189**	**1.076.686**

Os valores consignados registram retenções sobre pagamentos efetuados a empregados, cujos recolhimentos ficam a cargo da Companhia. A conta Lei 9430/96 e INSS Retenção registra valores retidos na fonte de tributos devidos por terceiros, cujos recolhimentos são efetuados por força de imposição legal.

4.23. IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS/REPASSE

Contas	Nota	31/12/2020	31/12/2019
ISSQN CODESA VILA VELHA	4.23.1.	95.480	107.885
ISSQN CODESA VITÓRIA	4.23.1	73.483	128.193
ISSQN RETIDO VITÓRIA	4.23.2	38.071	17.474
ISSQN RETIDO VILA VELHA	4.23.2	67.288	17.671
Total		**274.322**	**271.223**

4.23.1. ISS CODESA – Movimento Econômico

Valores pendentes de recolhimento juntos às Prefeituras devido a apuração do ISSQN - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza sobre os serviços prestados pela Companhia no mês de dezembro de 2020.

4.23.2. ISSQN – Retido na Fonte

Valores a serem repassados às prefeituras a título de retenção na fonte de serviços tomados pela Companhia no mês de dezembro de 2020.

4.24. PSP - ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

Contas	31/12/2020	31/12/2019
PSP adiantamento de clientes	1.591.839	1.663.690
Total	**1.591.839**	**1.663.690**

PSP registra adiantamentos de clientes para Prestação de Serviços Portuários.

4.25. CRÉDITOS DE ARRENDAMENTOS E CESSÃO DE USO DE ÁREAS

Contas	31/12/2020	31/12/2019
Petrobrás	2.000.000	3.500.000
Subtotal circulante	**2.000.000**	**3.500.000**
Petrobrás	24.000.001	24.500.001
Subtotal não circulante	**24.000.001**	**24.500.001**
Total	**26.000.001**	**28.000.001**

Valor recebido antecipadamente referente à contrato de cessão de direito de uso firmado com a PETROBRAS, relativo à área no Porto de Barra do Riacho, pertencente à Companhia, com vigência de 02/10/2008 a

Assinado digitalmente pelo DIO - DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO Data: Quinta-feira, 22 de Abril de 2021 às 22:40:50 Código de Autenticação: c440c

30/09/2033, que visa atender ao PLANGÁS – Plano de Antecipação da Produção Nacional de Gás Natural, instituído pelo Governo Federal, para escoamento de gás liquefeito de petróleo e gasolina natural, conforme contrato constante do processo administrativo de nº 3453/2007.

4.26. CREDORES DEPÓSITOS CAUCIONADOS

Contas	31/12/2020	31/12/2019
Credores por depósitos caucionados	64.503	64.503
Total	**64.503**	**64.503**

Credores por depósitos caucionados registram valores exigidos pela Companhia aos seus fornecedores, a título de garantia contratual.

4.27. PASSIVO DE ARRENDAMENTO

Contas	31/12/2020	31/12/2019
Passivo de arrendamento	470.073	580.935
Subtotal circulante	**470.073**	**580.935**
Passivo de arrendamento	5.166.262	4.781.545
Subtotal não circulante	**5.166.262**	**4.781.545**
Total	**5.636.335**	**5.362.480**

Valor referente ao contrato de locação de sala comercial para fins de sede administrativa (Unidade Administrativa de Negócios) da Companhia. Conforme CPC 06 (R2) – Arrendamentos, o contrato de arrendamento precisa ser reconhecido a valor presente no Ativo de Direito de Uso – Imobilizado **(Nota 4.17)** e no Passivo de Arrendamento.

A baixa do Ativo se dá pela competência, sendo reconhecido mensalmente como depreciação do período. O Passivo é amortizado pelo pagamento do aluguel, sendo parte do valor mensal contabilizado no passivo e parte na despesa financeira de juros.

Conforme previsão contratual o valor de arrendamento foi reajustado em novembro de 2020 e todos seus impactos devidamente registrados no Ativo e Passivo da Companhia.

4.28. TCF – TERMO DE COMPROMISSO FINANCEIRO – PORTUS

Contas	31/12/2020	31/12/2019
TCF - Portus	7.472.310	-
Subtotal circulante	**7.472.310**	-
TCF - Portus	77.996.100	-
Subtotal não circulante	**77.996.100**	-
Total	**85.468.411**	-

A Companhia assinou Termo de Compromisso Financeiro - TCF com o Instituto PORTUS no valor de R$ 84.982.162 (atualizado em junho de 2020). O compromisso foi firmado dentro de um amplo processo de negociação para o equacionamento do déficit atuarial, envolvendo todas as Patrocinadoras do Plano de Previdência Complementar denominado PBP

1. O termo prevê as seguintes condições de pagamento:

a) 10% de entrada, em 5 parcelas anuais;
b) 90% em 180 parcelas mensais e sucessivas;
c) Sistema Price de Amortização; e
d) atualização monetária pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC e juros de 4,81% ao ano, a partir de 01.01.2020.

Segue a movimentação dos valores a partir de junho de 2020:

TCF - PORTUS	
Reconhecimento em 12/06/2020	84.982.162
Circulante	15.295.637
Não Circulante	69.686.525
Pagamentos Realizados	**5.638.002**
Atualização Monetária	**6.124.250**
Saldo a pagar em 31/12/2020	**85.468.411**

4.29. CREDORES DIVERSOS (PASSIVO CIRCULANTE)

Credores Diversos	31/12/2020	31/12/2019
Credores Diversos	962.258	275.527
Resgate ações minoritário	-	6
Total	**962.258**	**275.532**

O valor de R$275.527 em Credores Diversos é relativo a fornecedores de bens e serviços que ainda não apresentaram documentos hábeis exigidos para o recebimento pela prestação de serviços realizados para empresas públicas.

O acréscimo em 2020 decorre do reconhecimento dos valores de indenização aos trabalhadores portuários avulsos, através do OGMO, conforme Lei nº 14.047 de 24 de agosto de 2020 **(Notas 4.3.1 e 4.36)**.

4.30. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

Contas	31/12/2020	31/12/2019
Trabalhistas	12.452.177	21.719.573
Cíveis	5.402.598	5.634.189
Total	**17.854.775**	**27.353.762**

A expressiva variação do provisionamento judicial trabalhista apresentada entre os anos de 2019 e 2020 decorre, primordialmente, da assunção pela Coordenação Jurídica dos processos judiciais trabalhistas em 23/12/2019.

Isso porque, anterior a nova gestão, o controle das informações era feito pelo escritório terceirizado e, quando da análise interna pela COJURI, foi possível constatar que havia demandas classificadas de modo diverso do critério adotado pela empresa, além de ainda conter provisões de valores já liberados às partes e processos já extintos, impactando significativamente o resultado apresentado. Não bastasse, no ano de 2020, em razão da particularidade decorrente do estado pandêmico, o judiciário impulsionou todos os processos em fase de execução (que não demandavam atividade presencial), possibilitando a extinção da ação com maior brevidade (nesse caso, o processo é excluído do provisionamento).

As provisões são registradas com base nos critérios delineados nos tópicos seguintes, identificados como os que trazem as melhores estimativas de risco envolvido.

4.30.1. Provisões cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórias.

A Companhia é parte em processos judiciais e processos administrativos perante órgãos do Poder Judiciário e órgãos governamentais (Poder Executivo) decorrentes do exercício de suas atividades. Tais demandas (judiciais e administrativas) envolvem, sobretudo, questões trabalhistas, cíveis, tributárias e regulatórias/administrativas.

Os valores são revisados periodicamente pela área jurídica da Companhia e em decorrência destas revisões são realizados trimestralmente ajustes contábeis nos saldos de provisões.

As baixas de valores sacados pelas outras partes, já provisionados, são registradas conforme dados obtidos junto aos bancos e a área jurídica da Companhia.

Durante o exercício de 2020 as contas de provisões sofreram as seguintes alterações:

Provisões para contingencias	Trabalhistas	Cíveis
Saldo em 31/12/2019	**21.719.573**	**5.634.189**
Baixas de alvarás	**(4.874.303)**	**61.610)**
Provisões (reversões)	**(4.393.093)**	**(169.981)**
Saldo em 31/12/2020	**12.452.177**	**5.402.598**

4.30.1.1. Risco de perda provável

A Companhia adota 02 critérios combinados para estabelecer a categoria de risco das demandas para fins de provisionamento. Partindo-se do recorte das demandas em que a Companhia é ré, promove-se a classificação de riscos de perda da ação pela CODESA, segundo as categorias "remota" (aquelas em que há baixas chances de a CODESA ser sucumbente), "possível" (aquelas em que ainda não é possível dimensionar quanto ao risco de êxito ou perda da CODESA) e "provável" (aquelas em que se estimou que a CODESA provavelmente restará vencida).

À luz dessas balizas, aplicam-se dois critérios: o primeiro, "estático", isto é, composto por predefinição objetiva que leva em consideração apenas a fase do processo. Nesse caso, os processos em fase inicial são recebidos em regra como "possíveis". Apenas depois do julgamento em grau de recurso é que se altera o grau de risco, seja para "remoto", seja para "provável", isso nas demandas de natureza não trabalhista. Nas demandas trabalhistas, a alteração da classificação para "provável" ocorre com o início da fase executória, seja definitiva ou provisória.

Ao lado do critério "estático", combina-se a aplicação de critério "dinâmico" de classificação, pautado pela análise técnica-subjetiva dos procuradores da Companhia. Tal critério leva em consideração elementos técnicos que dizem respeito à relação processual: existência de decisões precedentes, qualidade dos documentos apresentados pelas partes no processo, força da tese jurídica invocada etc.

4.30.1.1.1. Trabalhistas

As ações tratam de variadas questões de fato e direito. As mais relevantes versam, principalmente, sobre responsabilidade subsidiária da Companhia por (a) adicional de risco portuário, (b) reenquadramento funcional por inobservância dos termos do plano de cargos e salários, (c) inobservância de acordo coletivo de trabalho e normas de saúde e segurança do trabalho.

Reclamação trabalhista n.º 0020900-79.2003.5.17.0014, que se pretende o reconhecimento de desvio funcional e reenquadramento funcional de guardas portuários. Procedente em parte o pedido, apenas em relação ao desvio funcional. A sentença proferida condenou a CODESA ao pagamento das diferenças salariais decorrente do desvio funcional desde o mês de maio de 2002 e indeferiu a pretensão ao reenquadramento funcional.

A sentença foi mantida pelo TRT da 17° Região e pelo TST. Execução homologada em R$ 11.055.282,98, dos quais R$ 4.657.823,21 já foram liberados aos reclamantes por serem incontroversos, ou seja, o valor que a CODESA entende como devido, permanecendo o residual ainda em discussão quanto ao fator de atualização.

Não obstante, importa esclarecer que embora não haja valor provisionado para o processo em referência, sua classificação deve permanecer como provável por se tratar de demanda em fase de execução, a teor do que consta no item 30.1.1.
A ausência de valor provisionado se justifica em razão do critério desprovisionamento estabelecido pela CODESA para que, nos processos que já se encontram na fase de execução, o valor provisionado seja sempre aquele que a empresa, após análise do assistente técnico, entende como devido.

No presente caso, o valor apurado como devido pela CODESA foi devidamente pago e levantado pelos exequentes, não restando, sob a ótica do assistente técnico da empresa, remanescente a ser quitado.
Reclamação trabalhista n.º 0001246-37.2016.5.17.0013, que se pretende o pagamento da diferença salarial e consequente progressão funcional decorrente da inobservância do plano de cargos e salário de 2002. A sentença proferida julgou procedentes os pedidos formulados pelo autor.

O TRT da 17 ° Região manteve o entendimento da origem, bem como o TST. Cálculo apresentado pelos exequentes no valor de R$ 7.053.519. Cálculo apresentado pela CODESA no valor de R$ 1.638.298. Em razão da expressiva divergência entre os valores, o juízo determinou a realização de perícia contábil, todavia ainda sem conclusão.

Assinado digitalmente pelo DIO - DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO Data: Quinta-feira, 22 de Abril de 2021 às 22:40:50 Código de Autenticação: c440ca4

Ação de cumprimento n.º 0000395-85.2017.5.17.0005, que se pretende o pagamento das diferenças salariais e consequente repercussão em todas as demais verbas salarias desde o ano de 2010 aos guardas portuários, decorrente do que restou deferido nos autos do DC n° 0000327-58.2014.5.17.0000. A sentença proferida condenou a Companhia a promover a incorporação de 2,54% de reajuste salarial à categoria.

A sentença foi mantida pelo TRT da 17° Região e pelo TST. Iniciada a execução, a Companhia apresentou como devido o valor de R$ 249.115.

O sindicato autor, por sua vez, apresento cálculo de liquidação no valor de R$ 4.822.123. Em razão da expressiva divergência entre os valores, o juízo determinou a realização de perícia contábil que, após análise, conclui ser devido pela CODESA o total de R$ 3.667.416. Ainda não há decisão homologando o efetivo valor devido pela empresa.

4.30.1.1.2. Cíveis

Ação Regressiva nº 5013018-76.2019.4.02.5001, em trâmite na 5ª Vara Federal Cível de Vitória, movida pelo Órgão de Gestão de mão de obra do Trabalhador Portuário Avulso (OGMO), no qual pleiteia restituição dos valores pagos pelo OGMO em condenação trabalhista, após trabalhador avulso supostamente adquirir doença ocupacional nas instalações portuárias. Em 19/12/2019 foi proferida sentença de parcial procedência, condenando a CODESA a restituir ao OGMO/ES o equivalente à metade (50%) do valor pago pela condenação trabalhista, no valor de R$ 999.689, assim como a assumir, juntamente com esse último, as obrigações atinentes ao pensionamento mensal do trabalhador, enquanto durar essa obrigação. Foi interposto recurso de apelação, que ainda está pendente de julgamento pelo TRF2. Apesar da fase processual, o setor jurídico entendeu, considerando o direito envolvido, por classificar como de provável perda a demanda, com o consequente provisionamento do valor de R$ 999.688,52 (novecentos e noventa e nove mil, seiscentos e oitenta e oito reais e cinquenta e dois centavos), referente a perda parcial da Companhia.

Ação de Cobrança nº 0008147-32.2009.8.08.0024, proposta perante a 1ª Vara Cível de Vitória/ES, movida por Hidrotopo Consultoria e Projetos Ltda. em face da Companhia, o processo foi objeto do AREsp nº 1.639.012/ES, cujo julgamento, pelo Superior Tribunal de Justiça, foi desfavorável à Companhia, de modo que o trânsito em julgado ocorreu em 25 de setembro de 2020. A demandante requereu a condenação da Companhia ao pagamento dos valores devidos a título de prestação de serviços.

A Companhia sustentou a ocorrência de prescrição, tese afastada pelo Poder Judiciário. Assim, com o trânsito em julgado, a Hidrotopo deverá iniciar a fase de cumprimento de sentença, motivo pelo o setor jurídico entende pela classificação como de provável perda, com o consequente provisionamento do valor atualizado da causa, de R$ 3.907.354 **(Nota 4.47.4)**.

4.30.1.1.3. Fiscais

Não há processos judiciais relevantes, de natureza fiscal/tributária, que represente risco provável de perda

4.30.1.1.4. Administrativos/regulatórios

Atualmente, não é realizado provisionamento dos processos não judicializados. A provisão das demandas regulatórias/administrativa só é feita, portanto, quando e se judicializada a questão, sendo classificada nesses casos de acordo com os critérios acima indicados.

4.30.1.2. Risco de perda possível

Há processos judiciais (de natureza trabalhista, cível e fiscal/tributária) que são classificados como de perda possível, e, por isso, não requererem constituição de provisão. Atualmente esse valor soma a quantia de R$ 26.423.041.

Contas	Trabalhistas	Cíveis
Possível	11.284.255	15.138.786

As mais relevantes economicamente estão indicadas abaixo, de acordo com a natureza da demanda.

4.30.1.2.1. Trabalhistas

Ação Civil Pública nº 0000922-78.2019.5.17.0001 – Trata-se de ação civil pública ajuizada pelo Sindicato da Guarda Portuária – ES requerendo o correto pagamento dos reflexos da média das horas extras nas férias remuneradas e no abono convencional respectivo de 50%, inclusive no abono pecuniário de férias, reflexos da média do adicional noturno nas férias remuneradas e no abono convencional respectivo de 50%, inclusive no abono pecuniário de férias, reflexos da rubrica "Repouso Remunerado" nas férias remuneradas e no abono convencional respectivo de 50%, inclusive no abono pecuniário de férias, reflexos do adicional de risco fixo em nas férias remuneradas e no abono convencional respectivo de 50%, inclusive no abono pecuniário de férias, reflexos da média de horas extras no 13º salário, reflexos da média de adicional noturno no 13º salário, reflexos da rubrica "Repouso Remunerado" em 13º salário, reflexos do adicional de risco fixo em 13º salário, o pagamento dos reflexos integrais da média das horas extras habituais dos substituídos no 13º salário de 2015 e de 2018. Fora determinada a produção de prova pericial técnica para apuração da alegada incorreção nos pagamentos realizados a categoria, todavia, ainda não há laudo pericial apresentado para a continuidade da instrução processual.

4.30.1.2.2. Cíveis

Ação de Cobrança nº 0356838-33.2010.8.19.0001, proposta perante a 3ª Vara Cível do Rio de Janeiro, movida por "Portus Instituto Portobras de Seguridade Social" em face da Companhia, requerendo a condenação da Companhia ao pagamento dos repasses pecuniários mensais supostamente não efetuados. Foi realizada perícia para apontar o valor devido. O laudo apontou o montante de R$ 10.408.802 que, se procedente o pedido, seria devido pela Companhia. A demanda ainda está pendente de julgamento em primeiro grau. Os autos foram remetidos à Justiça Federal. Aguarda-se o nº do processo na Justiça Federal.

4.30.1.2.3. Fiscais

Não há processos judiciais relevantes, de natureza fiscal/tributária, que represente risco possível de perda.

4.30.1.2.4. Administrativos/regulatórios

Atualmente, não é realizado provisionamento dos processos não judicializados. A provisão das demandas regulatórias/administrativa só é feita, portanto, quando e se for judicializada a questão, sendo classificada nesses casos de acordo com os critérios acima indicados.

4.31. PROVISÃO PLANO DE PENSÃO PORTUS – DÉFICIT ATUARIAL

Conta	31/12/2020	31/12/2019
Défict Atuarial PORTUS	66.442.360	156.378.633
Total	**66.442.360**	**156.378.633**

Em 2019 a Companhia reconheceu no Passivo não circulante o valor de R$ 156.378.633 referente a provisão de déficit atuarial relativo ao Plano de Previdência Complementar, denominado PBP1, de benefício definido, junto ao Instituto PORTUS, conforme estudo realizado por consultoria atuarial independente que considerou a redução de benefícios aprovada pelos Participantes e Patrocinadora, para o equacionamento do déficit atuarial de acordo com os critérios previstos no CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados. Trimestralmente os valores do déficit atuarial são atualizados pela consultoria atuarial.

Em junho de 2020, dentro de uma ampla negociação envolvendo todas as Patrocinadoras do PBP1 para o equacionamento do déficit atuarial, conforme disposto no artigo 21, da Lei Complementar 109/2001, foi firmado o Termo de Compromisso Financeiro – TCF, entre a Companhia e o Instituto Portus, no valor de R$84.982.162, **(Nota 4.28)**, estando a dívida reconhecida parte no passivo circulante e parte no passivo não circulante.

Conforme estudos atuariais realizados pela consultoria atuarial independente Rodarte, foram contabilizados ajustes em Outros resultados abrangentes (ORA) e ajustes de provisão de déficit atuarial conforme tabela:

Provisão PORTUS - déficit atuarial	
Saldo em 31/12/2019	**156.378.633**
Termo compromisso financeiro - TCF	(84.982.162)
Ajuste ORA - Outros resultados abrangentes	(6.663.112)
Ajuste provisão déficit Portus (Despesa)	1.709.001
Saldo em 31/12/2020	**66.442.360**

4.32. OUTRAS OBRIGAÇÕES (PASSIVO NÃO CIRCULANTE)

Outras Obrigações	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Convênio SNP - Meio Ambiente Dragagem	4.32.1	2.431.070	2.431.070
Convênio SNP - Fiscalização Dragagem	4.32.2	4.391.322	4.411.991
Subtotal		**6.822.392**	**6.843.061**
Obrigações com fornecedores	4.32.3	1.775.573	341.220
Credores por depósitos Caucionados	4.32.4	220.826	220.826
Subtotal		**1.996.398**	**562.046**
Total		**8.818.791**	**7.405.107**

4.32.1. Convênio SNP – Gerenciamento Ambiental Dragagem

O convênio SICONV nº 719253/2009 foi celebrado em dezembro de 2009 entre CODESA e União Federal através da Secretaria Especial de Portos da Presidência da República visando o repasse de recurso para contratação do gerenciamento ambiental integrado da obra de dragagem de aprofundamento e derrocarem do Porto de Vitória.

Em dezembro de 2015 a CODESA realizou a devolução do saldo remanescente e efetuou a prestação de contas no SICONV.

No ano de 2018, através do Oficio nº 07/2018/GGAm/DIPGA/SNP o Ministério da Infraestrutura solicitou o reenvio das informações e documentos que foram devidamente encaminhadas através da CA/DIRPRE/AN/062/2019 e CA/DIRPRE/JD/123/2019. A Companhia aguarda retorno definitivo do Concedente.

4.32.2. Convênio SNP – Fiscalização da Obra de Dragagem

O convênio SICONV n° 801712/2014 foi celebrado em julho de 2014 entre a CODESA e União Federal através da Secretaria Especial de Portos da Presidência da República visando repasse de recurso para contratação de serviços técnicos especializados de apoio a fiscalização das obras de dragagem de aprofundamento por resultados nos acessos aquaviários ao Porto de Vitória.

Os relatórios de execução referentes a primeira parcela do Convênio foram inseridos no sistema SICONV e foram aprovados pelo fiscal concedente em agosto de 2016.

Os relatórios de execução referente a segunda parcela do Convênio também foram inseridos no SINCONV em agosto de 2017, e os da terceira parcela em agosto de 2018. Os mesmos encontram-se em análise pelo fiscal Concedente.

Em 19 de Outubro de 2020 foi encaminhada a carta CA/DIROPE/JC/22/2020 ao Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes, informando do pleno interesse da Companhia em finalizar a prestação de contas do Convênio em questão. Até o momento não houve retorno do referido órgão.

4.32.3. Obrigações com Fornecedores

Fornecedores Não Circulante	31/12/2020	31/12/2019

Assinado digitalmente pelo DIO - DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO Data: Quinta-feira, 22 de Abril de 2021 às 22:40:50 Código de Autenticação: c440c

ETERMAR ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO S.A.	1.353.221	-
VIPREDE TELECOMUNICAÇÕES LTDA	309.560	-
ESTACON INFRAESTRUTURA S.A	81.743	273.264
TELEFÔNICA BRASIL S/A	31.048	31.048
CLARO S/A	-	1.934
GARCIA & KRAN ENG.	-	34.859
COPY CARD DIGITAL	-	114
TOTAL	**1.775.573**	**341.220**

Os valores que compõem esse grupo decorrem de obrigações com fornecedores conforme de valores transferidos para o não circulante devido à falta de previsão para a liquidação conforme justificativas:

- Etermar: Valor retido do pagamento aguardando apuração de responsabilidade de multa lavrada pelo IEMA durante a execução dos serviços;
- Vip Rede: Identificação de possíveis vícios no contrato cujos pagamentos foram interrompidos como medida de precaução enquanto se conclui o trabalho de análise/auditoria.
- Estacon: Parte do saldo a pagar foi retido para liquidação de obrigações judiciais.
- Telefônica: Cobrança de valores em contestação.

4.32.4. Credores por Depósitos Caucionados

Registram valores exigidos pela CODESA aos seus fornecedores a título de garantia contratual.

4.33. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

4.33.1. Capital social

Acionistas	R$	% Participação	Quant. Ações
Governo União	296.312.402	99,45368381%	2.303.523.488
Governo Estado do Espírito Santo	1.627.695	0,54631619%	12.653.653
Total	**297.940.097**	**100,0000000%**	**2.316.177.141**

O Capital Social da CODESA é de R$297.940.097, composto por 2.316.177.141 ações ordinárias nominativas.

Em 28 de setembro de 2020, foi publicado o Decreto nº 10.498 onde a Presidência da República autoriza o aumento de Capital Social da Companhia por meio da incorporação de adiantamentos para futuro aumento de capital no montante nominal máximo de R$ 191.834.932.

A proposição para aumento de capital e absorção do prejuízo acumulado foi elaborada pela Diretoria Executiva e apreciada pelos Conselhos Administrativo e Fiscal da Companhia, e aguarda apenas a aprovação em assembleia de acionistas para a efetivação da integralização e absorção ao Capital Social.

4.33.2. Créditos para aumento de capital social

Créditos p/ aumento de capital social	31/12/2020	31/12/2019
AFAC Governo Federal - Empresa Pública	44.872.178	44.785.990
AFAC Governo Federal - Economia Mista	219.410.797	213.730.563
AFAC Governo Estadual - Economia Mista	560.660	545.577
Total	**264.843.635**	**259.062.130**

Recursos recebidos a título de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC são previstos no orçamento de investimentos da Companhia, que compõe o orçamento dos acionistas, e são destinados a atender o seu programa de investimentos.

As aplicações dos recursos são contabilizadas no ativo imobilizado e, enquanto não efetivada a integralização ao Capital Social, compõem o saldo dessa rubrica.

Em 31.12.2019, a Administração da Companhia decidiu pela transferência do saldo dos AFACs – Adiantamentos para futuro aumento de capital, classificados no Passivo não Circulante, para o Patrimônio Líquido. Ao saldo dos recursos ainda não capitalizados, recebidos enquanto Empresa de Economia Mista, são incorporados encargos financeiros, conforme disposto no artigo 2º, do Decreto nº 2673/98, enquanto os recursos recebidos a partir da transformação em Empresa Pública não estão sujeitos a encargos financeiros.

4.33.3. Ajuste de Avaliação

Ajuste de avaliação patrimonial	31/12/2020	31/12/2019
Plano de pensão – remensuração (Ganhos/ Perdas) ORA	13.915.887	20.578.999
Total	**13.915.887**	**20.578.999**

O estudo atuarial referente ao plano de benefício PBP1, de benefício definido, junto ao Instituto PORTUS apontou no final do exercício de 2020, uma perda líquida do valor de R$ 13.915.887 relativa ao compartilhamento de risco reconhecida em conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido **(Nota 4.41)**.

4.33.4. Prejuízos Acumulados

O Prejuízo Acumulado de R$ 148.681.691 é resultado do saldo dos prejuízos acumulados de exercícios anteriores, acrescido de ajustes de exercícios anteriores e do lucro no exercício de 2020.

Saldo em 31/12/2019	**(180.524.754)**
Ajustes de exercícios anteriores	2.249.909
Lucro em 31/12/2020	29.593.154
Saldo em 31/12/2020	**(148.681.691)**

4.33.4.1. Ajustes de exercícios anteriores

De acordo com a Lei da S/A (Lei nº 6.404/1976), o lucro líquido do exercício não deve estar influenciado por efeitos que pertençam a exercícios anteriores, ou seja, deverão transitar pelo balanço de resultados somente os valores que competem ao respectivo período. (Art. 187, § 1º)

A regularização contábil, por meio de ajustes de exercícios anteriores, não provoca reflexo no resultado do período em que ocorre a sua escrituração, porque envolve somente contas 'patrimoniais', uma vez que não pode afetar outro período (ano) que não seja aquele em que ocorreu.

O CPC 23 define critérios para a seleção e a mudança de políticas contábeis, juntamente com o tratamento contábil e divulgação da mudança nas políticas contábeis, alteração nas estimativas contábeis e a retificação de erro. O Pronunciamento tem como objetivo melhorar a relevância e a confiabilidade das demonstrações contábeis da entidade, bem como permitir sua comparabilidade ao longo do tempo com as demonstrações contábeis de outras entidades.

Em dezembro de 2020, a Companhia reconheceu o crédito de R$ 2.630.991,36 **(Nota 4.15.3)** referente ao pagamento indevido do FUNDAF - Fundo de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades. Parte do valor foi estornado diretamente na despesa **(Nota 4.37)** do exercício corrente, e os valores levantados referente a exercícios anteriores (R$ 2.249.909) foram registrados diretamente na rubrica analisada.

Os valores pagos indevidamente foram atualizados pela taxa Selic, sendo a atualização até 31/12/2019 reconhecida juntamente com o crédito original na conta de ajustes.

4.34. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Contas	2020	2019
Utilização Infraestr. portuária	49.042.218	45.777.761
Armazenagem	2.998.577	5.375.301
Movimentação de carga	25.515.817	24.335.336
Serviços diversos	6.810.176	10.188.866
Receita Contratos	29.860.912	33.950.753
Outras receitas	-	137.463
Receitas patrimoniais	32.570.252	34.862.680
Subtotal	**146.797.951**	**154.628.161**
Impostos incidentes s/ serviços	(15.733.465)	(16.994.176)
Total	**131.064.486**	**137.633.985**

A receita operacional líquida é formada por receitas tarifárias oriundas de utilização de infraestrutura terrestre e portuária, serviços gerais e, por receitas patrimoniais decorrentes de arrendamento de áreas nos portos organizados, sob jurisdição da Companhia, deduzida dos tributos devidos. No exercício findo em 31/12/2020, houve queda de 4,8% na receita operacional líquida, quando comparado ao exercício anterior. Houve aumento nas receitas de utilização da infraestrutura portuária e na movimentação de cargas, tendo ocorrido queda nas demais receitas operacionais e patrimoniais.

Em relação a rubrica de Serviços Diversos, a queda da receita se deve, principalmente, ao fim do repasse da cobrança de serviços de amarração de embarcações. Destaca-se que, ao mesmo tempo, a Companhia registrou queda equivalente no custo de serviços de mão-de-obra avulsa, tendo em vista que a requisição de amarradores é realizada diretamente pela agência marítima.

Por sua vez, a queda de receitas registradas na rubrica Receitas de Contratos foi devido a não renovação do contrato de Preferência de Atracação que a Companhia detinha com um dos arrendatários, da ordem de R$ 8,26 milhões. Já a queda das Receitas Patrimoniais se deve a um acordo realizado entre a Companhia e uma das Arrendatárias, que ocorreu no exercício de 2019, da ordem de R$ 5,96 milhões e se tratou de um evento não recorrente.

A queda na receita operacional líquida reflete a queda de 0,62% no volume da movimentação de cargas no exercício de 2020 (6.945.571 t) em relação a 2019 (6.989.026 t). A movimentação de contêineres caiu 1,9% em 2020 (222.200 TEU's), em relação ao ano anterior (226.594 TEU's).

4.35. CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

Contas	2020	2019
Pessoal e encargos sociais	(26.819.976)	(35.706.562)
Custos assistenciais	(4.385.714)	(5.387.285)
Serviços de terceiros	(10.521.265)	(13.736.774)
Utilidades e materiais	(1.999.661)	(2.548.965)
Seguros	-	(262.167)
Depreciação e amortização	(10.340.727)	(7.253.344)
Total	**(54.067.343)**	**(64.895.097)**

Os custos dos serviços prestados sofreram uma redução de 16,7% no exercício de 2020, o que corresponde ao montante bruto de redução de R$ 10.827.754. A redução reflete as ações da Companhia no programa de qualificação do custeio, com redução de custos/despesas, renegociação e/ou não renovação de contratos com prestadores de serviços e redução de quadro de pessoal.

O custo de pessoal e encargos sociais sofreu um decréscimo de 24,9%

Assinado digitalmente pelo DIO - DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO Data: Quinta-feira, 22 de Abril de 2021 às 22:40:50 Código de Autenticação: c440ca4

em 2020 refletindo as medidas de redução do quadro de pessoal e, consequentemente, de custos que impactaram em resultado econômico-financeiro positivo para a Companhia, no exercício de 2020.

Os Custos Assistenciais sofreram uma queda de 18,6% no ano de 2020 e contemplam todos os benefícios concedidos aos empregados, sendo o gasto mais relevante a assistência médica, que varia em função da necessidade de uso dos beneficiários.

A redução do custo com assistência médica justifica-se pela percepção de uma demanda reprimida ao uso do plano de saúde em 2020 devido a pandemia da Covid-19.

A reestruturação de alguns contratos, reajuste de preços por obrigações contratuais, fornecimento de novos serviços e o término de outros contratos impactaram na variação nos serviços de terceiros que sofreu uma redução de 23,4%, em 2020.
As contas de utilidades e serviços e materiais tiveram, juntas, redução de 21,6%, devido, principalmente, à redução nos gastos com energia elétrica e água.

Os custos com depreciação no exercício de 2020 tiveram um acréscimo de 42,6%, em função dos ajustes realizados no Ativo Imobilizado da Companhia, no final do exercício de 2019. A maior parte desse aumento é reflexo das transferências de bens que ainda estavam classificados no grupo de obras em andamento, que entraram em operação neste exercício.

4.36. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Contas	2020	2019
Pessoal e encargos sociais	(28.886.792)	(34.958.272)
Despesas assistenciais	(6.895.208)	(11.193.419)
Serviços de terceiros	(4.071.271)	(7.579.192)
Gerais e materiais	(5.244.209)	(3.930.148)
Depreciação e amortização	(701.288)	(364.602)
PECLD (Reclassificado)	-	(6.960.182)
Despesas não dedutíveis	(259.157)	(269.549)
Despesas Ações Judiciais	(1.753.350)	(6.759.914)
Total	**(47.811.275)**	**(72.015.278)**

As despesas administrativas da Companhia em 2020 foram 33,5% inferiores às realizadas no ano de 2019. As despesas com pessoal e encargos sociais, assim como no grupo de custos, apresentaram queda na comparação com 2019. A redução de 17,4% também tem como principal justificativa a redução do quadro de pessoal. Porém, esse percentual é inferior ao da queda de custos, visto que o total de gastos com rescisão em 2020, no montante de R$ 2.354.195, foi alocado no grupo de despesa, de forma a não sobrecarregar os custos com valores não ligados diretamente a prestação de serviço.

As despesas assistenciais apresentaram queda de 38,4%. Essas despesas são impactadas pela redução do número de colaboradores, e contemplam todos os benefícios aos empregados, sendo, o mais relevante deles, o gasto com assistência médica. As despesas com assistência médica variam em função da necessidade de uso dos beneficiários e foram 53,3% inferiores aos gastos em 2019.
Da mesma forma como o ocorrido nos custos com serviços de terceiros, também nos gastos administrativos, realizou-se a reestruturação de alguns contratos, reajuste de preços por obrigações contratuais, fornecimento de novos serviços e o término de outros contratos. Todas essas medidas impactaram na variação na redução de despesa com serviços de terceiros em 46,3%.

O grupo de despesa gerais, diferentemente das outras rubricas, apresentou um aumento de 35,8% em 2020 quando comparado ao ano anterior. Esse acréscimo justifica-se pela obrigação de pagamento de indenização aos trabalhadores portuários avulsos conforme Lei nº 14.047/20 **(Notas 4.3.1 e 4.29)**, que em 2020 gerou uma despesa para Companhia no montante de R$ 2.166.288.

O acréscimo com as despesas de depreciação/amortização no montante de R$ 336.687 (92,3%), assim como justificado no aumento dos custos com depreciação, decorre dos ajustes patrimoniais e contábeis ocorridos no final do exercício de 2020.

No que tange as Perdas Estimadas com Crédito de Liquidação Duvidosa – PECLD, ao final do exercício de 2019, a gestão da Companhia estabeleceu política com critérios gerenciais para o reconhecimento dessa provisão. Em decorrência dos novos critérios estabelecidos, em dezembro de 2019, foi necessário um ajuste no montante de R$ 5.664.710, refletindo no saldo final de despesa com PECLD de R$ 6.960.182 em 31/12/2019.

No ano de 2020, os critérios gerenciais estabelecidos continuam sendo utilizados e refletindo nas demonstrações contábeis, visto que os valores são revisados trimestralmente. A ausência de valores nessa despesa decorre do fato de que em 2020 ocorreu um alto valor de reverão de despesa com provisão de PECDL, como reflexo principalmente da negociação com o cliente Hiper Export **(Nota 4.5)** que na ocasião gerou uma reversão de PECLD de R$ 8.629.210.

As despesas com ações judiciais em 2020 foram 74,1% inferior ao ano de 2019. Parte dos valores de 2020 são reflexos do trabalho de melhoria no controle dos valores de provisão versus depósitos judiciais que vem sendo desenvolvido pela Companhia.

4.37. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

Contas	2020	2019
Impostos e taxas municipais e estaduais	(168.837)	(147.893)
Impostos e taxas federais	(35.062)	(691.096)
Total	**(203.899)**	**(838.990)**

Os impostos e taxas municipais tratam de alvará de funcionamento e taxa de limpeza pública devidos às prefeituras de Vitória e Vila Velha.

O grupo Impostos e Taxas Federais sofreu uma queda de 94,9% devido ao estorno de valores pagos e a suspensão da obrigação com o pagamento do FUNDAF - Fundo de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização **(Nota 4.15.3)**.

4.38. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

Contas	2020	2019
Provisões passivas	(2.026.234)	(12.205.405)
Despesas Provisões cíveis e trabalhistas	-	(8.541.402)
Provisão Assitência Médica	(317.233)	(3.222.893)
Provisão Projeção Débito Portus	(1.709.001)	-
Provisões outros créditos	-	(440.831)
Outras	-	(279)
Outros ganhos/perda de capital	(81.139)	79.098
Reversões Operacionais	12.568.164	800.000
Reversão de PECLD clientes	8.005.089	-
Reversão de Provisões cíveis e trabalhistas	4.563.075	-
Receitas Eventuais (Reclassificação 2018)	276.743	4.278.617
Resultado Receitas/Desp. líquidas	**10.737.534**	**(7.047.690)**

A queda nas despesas com provisões passivas está assim composta:

a) despesa provisões cíveis e trabalhistas: ajuste realizado conforme orientação técnica do setor jurídico da Companhia **(Nota 4. 30)**; b) provisão assistência médica: valor expressivo em 2019 referente à adequação do critério de provisionamento de créditos de liquidação duvidosa de despesas médicas a recuperar de empregados e aposentados, conforme descrito na **Nota 4.11**; c) provisão projeção débito Portus: ajuste realizado conforme projeção apresentada no relatório atuarial realizado pela empresa de consultoria atuarial Rodarte; d) provisão outros créditos: provisão de baixa de valores do ativo imobilizado em processo de classificação realizado em 2019 **(Nota 4.17)**.

A conta de reversão operacional teve um aumento expressivo no ano de 2020 em função da reversão de PECLD, devido ao acordo com o cliente Hiper Export **(Nota 4.5)** e da reversão de provisão para ações judiciais **(Nota 4.30)**.

A grande divergência de saldo da conta de receitas eventuais, quando comparando os anos de 2019 e 2020, deve-se ao lançamento de recuperação do valor de R$ 3.057.076 realizado em dezembro de 2019, conforme relatório atuarial emitido pela Rodarte, referente ao custo líquido de contribuição do patrocinador no exercício de 2019 ao plano de benefício pós emprego do Portus.

4.39. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

Contas	2020	2019
Receitas financeiras	8.092.907	6.064.614
Variação monetária ativa	411.011	396.380
Subtotal	**8.503.918**	**6.460.994**
Despesas financeiras	(814.144)	(1.053.371)
Variação monetária Passiva	(11.819.567)	(12.071.940)
Subtotal	**(12.633.711)**	**(13.125.311)**
Total	**(4.129.793)**	**(6.664.318)**

As receitas financeiras são decorrentes de rendimento sob aplicações financeiras e a variação monetária ativa de atualizações sobre depósitos judiciais, atualização de valores negociados com clientes e impostos compensados.

As despesas financeiras são relativas a tarifas bancárias, juros pagos, despesa de juros referente a contabilização do pagamento de arrendamento conforme CPC 06 **(Nota 4.17)** e despesa de PIS/PASEP e COFINS sob receitas financeiras. A variação monetária passiva é relativa às Obrigações Societárias – Adiantamento para aumento de capital de crédito de acionistas **(Nota 4.33.2)**; atualizado mensalmente pela taxa Selic e conforme o TCF – Termo de compromisso financeiro do PORTUS **(Nota 4.28)**.

4.40. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. As aplicações de saldos de caixa são efetuadas de acordo com o disposto no Decreto-lei nº 1.290/73 e Resolução BACEN nº 3.285/2005, em fundos de investimentos extramercado, administrados pela Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil.

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade. Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação,

Assinado digitalmente pelo DIO - DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO Data: Quinta-feira, 22 de Abril de 2021 às 22:40:50 Código de Autenticação: c440c

ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, pela certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou do título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento, transferência ou quando os títulos expirarem.

4.40.1. Classificação dos instrumentos financeiros

Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia:

	Nota	Valor Justo 31/12/2020	Valor Justo 31/12/2019	Valor contábil 31/12/2020	Valor contábil 31/12/2019
Valor justo por meio de resultado					
No reconhecimento inicial ou subsequentemente					
Caixa e equivalente de caixa					
Aplicações financeiras	4.4	85.578.245	30.249.453	85.578.245	30.249.453
		85.578.245	30.249.453	85.578.245	30.249.453
Custo amortizado					
Caixa e equivalente de caixa					
Bancos conta movimento	4.4	130.339	152.077	130.339	152.077
Clientes	4.5	10.643.284	11.142.301	10.643.284	11.142.301
Créditos negociados com clientes	4.6	14.009.964	2.741.097	14.009.964	2.741.097
Assistência médica a recuperar	4.11	3.507.812	3.063.675	3.507.812	3.063.675
		28.291.399	17.099.149	28.291.399	17.099.149
		113.869.644	47.348.602	113.869.644	47.348.602
Passivos Financeiros					
Custo amortizado					
Fornecedores	4.19	1.848.826	4.630.656	1.848.826	4.630.656
Obrigações societárias	4.33	264.843.635	214.276.140	264.843.635	214.276.140
Passivo de Arrendamentos	4.27	5.636.335	5.362.481	5.636.335	5.362.481
TCF - PORTUS	4.28	85.468.411	0	85.468.411	0
		357.797.206	224.269.277	357.797.206	224.269.277

4.40.2. Ativos financeiros

Na análise para a classificação dos ativos financeiros a Companhia avalia os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) as características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os ativos financeiros são classificados e mensurados ao custo amortizado, conforme seu modelo de negócio, pois a Companhia possui a intenção de manter o ativo financeiro para receber fluxos de caixa contratuais e os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

4.40.3. Passivos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os passivos financeiros da Companhia são classificados e mensurados como custo amortizado.

4.41. PLANO DE PENSÃO/ENTIDADE FECHADA DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Companhia é patrocinadora de plano de aposentadoria complementar, de benefício definido, e fez o primeiro reconhecimento contábil da situação atuarial do fundo, no exercício findo em 31/12/2019, com base em estudo realizado por consultoria atuarial independente e em atendimento ao CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados.

A gestão do plano de aposentadoria complementar da Companhia é de responsabilidade do Portus – Instituto de Seguridade Social, Entidade Fechada de Previdência Complementar – EFPC, administrador fiduciário de recursos de terceiros, cujo patrimônio administrado pertence, na forma da legislação, exclusivamente aos seus participantes e assistidos (aposentados e pensionistas). É multipatrocinado por 14 empresas, em sua maioria de origem pública, de forma paritária. Os recursos administrados pelo Instituto Portus se dão em um único plano - Plano de Benefícios Portus 1 - PBP1 - na modalidade benefício definido.

As obrigações com os planos de benefícios definidos de aposentadoria são provisionadas de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável. O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final, e considera determinadas premissas atuariais que incluem: estimativas demográficas e financeiras, estimativas dos custos médicos, bem como dados históricos sobre as despesas e contribuições dos funcionários.

O custo do serviço é reconhecido no resultado e compreende: a) custo do serviço corrente, que é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente; b) custo do serviço passado, que é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração (introdução, mudanças ou o cancelamento de um plano de benefício definido) ou de redução (uma redução significativa, pela entidade, no número de empregados cobertos por um plano); e c) qualquer ganho ou perda na liquidação (settlement).

O Juros líquidos sobre o valor líquido de passivo de benefício definido é a mudança, durante o período, no valor líquido de passivo de benefício definido resultante da passagem do tempo. Tais juros são reconhecidos no resultado.

As remensurações do valor líquido de passivo de benefício definido são reconhecidas no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes, e compreendem: a) ganhos e perdas atuariais e b) retorno sobre os ativos do plano, excluindo valores considerados nos juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido.

4.41.1. Benefícios pós-emprego – Planos de benefícios definidos de aposentadoria

A Companhia possui obrigações contratadas que representam requisitos de fundamentos mínimos para pagamento de contribuições com o objetivo de cobrir a defasagem existente em relação aos serviços já recebidos.

4.41.2. Cálculo atuarial do plano pós-emprego

As Leis Complementares nº. 108/2001 e nª. 109/2001, bem como a Resolução do Conselho de Gestão de Previdência Complementar - CGPC nº 26/2008, determinam que o déficit deve ser equacionado paritariamente entre as patrocinadoras (multipatrocinadoras) e os participantes e assistidos do Portus.

O saldo do Plano Portus considera a proporção dos compromissos futuros com cada patrocinadora. Os respectivos passivos atuariais foram recalculados individualmente para cada patrocinadora, pelos atuários independentes para o exercício de 2020.

O estudo atuarial do plano de benefícios apresenta déficit de R$ 151,9 milhões acumulado até o final do exercício de 2020.

Os valores apurados para a Companhia, conforme laudo atuarial, e reconhecidos no balanço patrimonial, bem como a movimentação no valor justo dos ativos do plano e a movimentação dos demais eventos estão demonstradas a seguir:

A. Conciliação da obrigação de benefício definido	31/dez/20	30/set/20	30/jun/20
1 Obrigação de Benefício Definido no início do ano	167.941.359,00	166.999.265,00	213.666.232,00
2 Custo do serviço corrente (parte patronal)	(54.043,00)	139.968,00	885.093,00
3 Custo dos juros	3.017.107,00	2.970.591,00	7.083.979,00
4 Contribuições de participantes do plano	200.448,00	202.245,00	420.124,00
5 Benefícios pagos	(3.931.090,00)	(4.159.607,00)	(8.179.933,00)
6 (Ganho) / perda atuarial - remensurações devido a	9.808.132,00	1.012.367,00	(47.318.824,00)
6.a. mudança de premissas (exceto tx desconto)	-	-	-
6.b. mudança de premissas (taxa de desconto)	12.785.392,00	(1.012.140,00)	(9.329.969,00)
6.c. Ajustes de experiência	(2.977.260,00)	2.024.507,00	3.034.523,00
6.d. Redução de Direitos (Ativos e assistidos)	-	-	-
6.e. VA Contribuições Extraordinárias (Ativos e assistidos)	-	-	(41.023.358,00)
7 Contribuições Extraordinárias Ativos	-	-	-
8 Contribuições Extraordinárias Assistidos	784.507,00	776.530,00	234.594,00
9 Emendas no plano	-	-	-
10 Reduções	-	-	-
11 Liquidações	-	-	-
12 Benefícios especiais de desligamento	-	-	-
13 Obrigação de Benefício Definido no final do ano	177.826.420,00	167.941.359,00	166.999.265,00

B. Conciliação do valor justo dos ativos do Plano	31/dez/20	30/set/20	30/jun/20
1 Valor justo dos Ativos do plano no início do ano	13.701.196,00	10.974.811,00	15.148.472,00
2 Retorno sobre os ativos do plano, excluindo juros (*)	3.270.208,00	2.605.438,00	(55.679,00)
3 Contribuições do empregador - paridade (ativos e assistidos)	600.941,00	557.039,00	997.728,00
4 Contribuições dos participantes	200.448,00	202.245,00	420.124,00
5 Benefícios pagos (líquido)	(3.931.090,00)	(4.159.607,00)	(8.179.933,00)
6 Receita dos juros	248.216,00	196.254,00	518.418,00
7 Contribuições Extraordinárias Ativos	-	-	-
8 Contribuições Extraordinárias Assistidos	784.507,00	776.530,00	234.594,00
9 Contribuições Extraordinárias Patronais - (TCF)	1.996.313,00	1.953.650,00	1.680.039,00
10 Contribuições Extraordinárias Patronais - Paridade	593.666,00	594.836,00	195.048,00
11 Emendas no plano	-	-	-
12 Reduções	-	-	-
13 Liquidações	-	-	-
14 Benefícios especiais de desligamento	-	-	-
15 Valor justo dos ativos do plano no final do ano	17.524.405,00	13.701.196,00	10.974.811,00

(*) Ganho / (perda) atuarial sobre os ativos

C. Montantes reconhecidos na demonstração de resultados	31/dez/20	30/set/20	30/jun/20
Montantes reconhecidos na demonstração de resultados do exercício			
1 Custo do serviço corrente (parte patronal)	(54.043,00)	139.968,00	885.093,00
2 Custo líquido dos juros	2.633.600,00	2.616.591,00	5.151.311,00
2.1 Custo dos juros da obrigação	3.017.107,00	2.970.591,00	7.083.979,00
2.2 Receita de juros ativos	(248.216,00)	(196.254,00)	(518.418,00)
2.3 Efeito restrição da obrigação no custo dos juros obrigação	(135.291,00)	(157.756,00)	(1.414.250,00)
3 Custo do serviço passado	-	-	-
4 Perdas (ganhos) sobre Reduções	-	-	-
5 Perdas (ganhos) sobre Liquidações	-	-	-
6 Benefícios especiais de desligamento	-	-	-
7 Ajuste do limite de ativo líquido	-	-	-
8 Custo do benefício pós-emprego no período	2.579.557,00	2.756.549,00	6.036.404,00
Montante reconhecido em Outros Resultados Abrangentes (ORA)			
9 Custo total reconhecido em ORA no início do ano	8.072.961,00	8.177.130,00	20.579.000,00
10 Perdas (ganhos) atuariais	9.808.132,00	1.012.367,00	(47.318.824,00)
11 Retorno sobre os ativos do plano, excluindo juros (*)	(3.270.208,00)	(2.605.438,00)	55.679,00
12 Mudança no efeito do teto de ativo (Asset Ceiling)	-	-	-
13 Efeito compartilhamento de riscos	(694.988,00)	1.488.892,00	34.861.275,00
14 Custo total reconhecido em ORA	13.915.887,00	8.072.951,00	8.177.130,00

(*) (Ganho) / perda atuarial sobre os ativos

D. Montantes reconhecidos no balanço	31/dez/20	30/set/20	30/jun/20
1 Valor presente das obrigações fundeadas	(17.524.405,00)	(13.701.196,00)	(10.974.811,00)
2 Valor justo dos ativos do plano	17.524.405,00	13.701.196,00	10.974.811,00
3 Excesso de cobertura	-	-	-
4 Valor presente das obrigações não fundeadas	(160.302.015,00)	(154.240.163,00)	(156.024.454,00)
5 Custo do serviço passado não reconhecido	-	-	-
6 (Ganho) / perda atuarial não reconhecido	-	-	-
5 Ajuste do limite de ativo líquido	-	-	-
6 (Passivo) / Ativo líquido inicial	(160.302.015,00)	(154.240.163,00)	(156.024.454,00)
6.1. Passivo do Patrocinador c/ Redução de direitos	85.468.411,00	83.706.791,00	83.294.123,00
6.2. Passivo do Patrocinador c/ contrib. Futuras (Assistidos)	18.944.267,00	18.049.419,00	17.926.399,00
6.3. Passivo do Patrocinador c/ contrib Extraordinárias	39.700.211,00	37.960.757,00	37.733.204,00
7 (Passivo) / Ativo líquido a ser compartilhado	(16.189.126,00)	(14.515.196,00)	(17.070.648,00)
7.1. Efeito compartilhamento de riscos - participantes	8.391.244,00	7.560.965,00	8.892.101,00
7.2. Teto de Ativo (Asset Ceiling)	-	-	-
7.3. Ajuste ao Teto de Ativo (Asset Ceiling)	-	-	-
8 (Passivo) / Ativo líquido Reconhecido	(151.910.771,00)	(146.679.198,00)	(147.132.353,00)
Contrato Reconhecimento Débitos da Empresa (TCF)	85.468.411,00	83.706.791,00	83.294.123,00
9 (Passivo) / Ativo líquido Reconhecido	(66.442.360,00)	(62.972.407,00)	(63.838.230,00)

D.1. Efeito da restrição da obrigação atuarial - CRPA (*)	31/dez/20	30/set/20	30/jun/20
1 Compartilhamento de riscos com participantes e assistidos - período anterior	7.560.965,00	8.892.101,00	42.309.126,00
2 Compartilhamento de riscos com participantes e assistidos - período atual	8.391.244,00	7.560.965,00	8.892.101,00
3 Efeito do compartilhamento de riscos no período - Passivo Atuarial	830.279,00	(1.331.136,00)	(33.417.025,00)
4 Efeito do compartilhamento de riscos no Resultado do exercício - despesa líquida dos juros	(135.291,00)	(157.756,00)	(1.414.250,00)
5 Efeito do compartilhamento de riscos no período - (contribuição assistido)	-	-	-
6 Efeito do compartilhamento de riscos - Reconhecido em ORA	694.988,00	(1.488.892,00)	(34.861.275,00)

(*) Compartilhamento de riscos com participantes e assistidos

E. Conciliação do ativo(passivo) líquido	31/dez/20	30/set/20	30/jun/20
1 Ativo/ (Passivo) líquido no início do ano	(146.679.198,00)	(147.132.353,00)	(156.378.634,00)
2 Custo no período (Resultado do Exercício)	(2.579.557,00)	(2.756.549,00)	(6.036.404,00)
3 Ganhos / (perdas) atuariais líquidas de capital (ORA)	(6.537.924,00)	1.593.071,00	47.263.145,00
4 Contribuições do empregador para o plano	3.190.920,00	3.105.525,00	2.800.010,00
5 Benefícios pagos pelo patrocinador	-	-	-
6 Combinações de negócios	-	-	-
7 Alienações do plano	-	-	-

Assinado digitalmente pelo DIO - DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO Data: Quinta-feira, 22 de Abril de 2021 às 22:40:50 Código de Autenticação: c440ca4

8 Ganho / perda cambial	-	-	-
9 Ajuste ao Teto de Ativo (Asset Ceiling)	-	-	-
10 Compartilhamento de Risco - Valor Reconhecido em ORA	694.908,00	(1.488.892,00)	(34.801.275,00)
11 Ativo (Passivo) Líquido no final do ano	**(151.910.771,00)**	**(146.679.198,00)**	**(147.132.353,00)**

E.1	Conciliação de movimentação do efeito do teto de ativo não reconhecido:	31/dez/20	30/set/20	30/jun/20
	1 Efeito do teto de ativo não reconhecido no início do exercício	-	-	-
	2 Juros sobre o efeito do teto de ativo não reconhecido	-	-	-
	3 Variação no efeito do teto de ativo não reconhecido			
	4 Efeito do teto de ativo não reconhecido no final do exercício	-	-	-

4.41.3. Valor Justo dos ativos

A movimentação no valor justo dos ativos do plano nos períodos apresentados é demonstrada
conforme a seguir:

I.	Valor Justo dos Ativos do Plano	31/dez/20	30/set/20	30/jun/20
1	**Principais Categorias de Ativos (%)**			
1.a	Disponível	0,115%	0,088%	0,05%
1.b	**Realizável (Prev e Adm)**	**83,318%**	**85,542%**	**20,00%**
	Contribuições Contratadas	78,671%	79,935%	N/D
	Outros: A receber + Dep. Judiciais + G ADM +...	4,647%	5,607%	N/D
1.c	Títulos Públicos	0,000%	0,000%	13,12%
1.d	Créditos Privados e Depósitos	0,000%	0,000%	0,00%
1.e	Ações	6,422%	4,799%	21,77%
1.f	**Fundos de Investimentos**	**1,693%**	**0,697%**	**2,68%**
	Renda Fixa	1,677%	0,680%	2,59%
	Imobiliário	0,016%	0,017%	0,08%
1.g	Investimentos Imobiliários	7,74%	8,13%	38,79%
1.h	Empréstimos e Financiamentos	0,00%	0,00%	0,00%
1.i	Outros - Depósitos Judiciários	0,71%	0,74%	3,59%
	Total	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**
2	**Principais Categorias de Ativos (montante)**			
2.a	Disponível	125.433,00	92.401,00	158.242,00
2.b	**Realizável (Prev e Adm)**	**90.516.378,00**	**89.578.367,00**	**59.147.559,00**
	Contribuições Contratadas	85.468.410,00	83.706.791,00	N/D
	Outros: A receber + Dep. Judiciais + G ADM +...	5.047.968,00	5.871.576,00	N/D
2.C	Títulos Públicos	-	-	38.803.782,00
2.d	Créditos Privados e Depósitos	-	-	-
2.e	Ações	6.976.574,00	5.024.929,00	64.356.552,00
2.f	**Fundos de Investimentos**	**1.839.588,00**	**730.208,00**	**7.910.903,00**
	Renda Fixa	1.821.963,00	712.486,00	7.671.575,00
	Imobiliário	17.625,00	17.722,00	239.328,00
2.g	Investimentos Imobiliários	8.406.299,00	8.516.978,00	114.692.720,00
2.h	Empréstimos e Financiamentos	-	-	-
2.i	Outros - Depósitos Judiciários	775.777,00	775.777,00	10.617.107,00
	Total Ativo	**108.640.049,00**	**104.718.750,00**	**295.686.865,00**
(+)	Ajuste Valor de Mercado	70.233,00	(202.832,00)	1.509.091,00
(-)	Contribuições Contratadas	(85.468.411,00)	(83.706.791,00)	(10.088.464,00)
(-)	Contribuições Contratadas em atraso	(76.053,00)	(88.443,00)	
(-)	Uso Próprio	(408.867,00)	(411.399,00)	(5.597.500,00)
(-)	Exigível Operacional	(178.372,00)	(2.246.679,00)	(35.579.198,00)
(-)	Exigível Contingencial	(1.614.127,00)	(759.294,00)	(15.858.797,00)
(-)	Fundo Previdencial	(1.419,00)	(1.381,00)	(40.248.349,00)
(-)	Fundo de Investimento	-	-	-
(-)	Fundo administrativo	(3.438.628,00)	(3.600.735,00)	(55.442.212,00)
	Valor Justo dos Ativos (*)	**17.524.405,00**	**13.701.196,00**	**134.381.436,00**
	Percentual rateio (% acordado em 12.2019)	N/A	N/A	7,405%
	Valor Justo dos Ativos vinculado à Empresa no	**N/A**	**N/A**	**9.951.550,00**
	Rentabilidade referente ao período projetado	N/A	N/A	31.260,00
	Saldo Previdencial referente ao período projetado	N/A	N/A	992.001,00
	Valor Justo dos Ativos final	**17.524.405,00**	**13.701.196,00**	**10.974.811,00**

(*) Em junho equivale ao Ativo Justo Total de 31.05.2020 (antes da cisão). A partir de Setembro/2020 (inclusive) equivale ao Ativo Justo Total da CODESA após segregação

4.41.4. Premissas Atuariais

Os resultados apresentados na análise de sensibilidade das obrigações atuariais foram preparados considerando a variação sobre a taxa de desconto e sobre a tábua de mortalidade aplicada aos passivos do plano.

F.	Premissas adotadas (final do ano)	31/dez/20	30/set/20	30/jun/20
1	Taxa de desconto (nominal)	6,524%	7,459%	7,384%
2	Retorno esperado dos ativos do plano	6,524%	7,459%	7,384%
3	Taxa nominal de crescimento salarial futuro	3,50%	3,50%	3,50%
4	Reajuste nominal do benefício	**0,00%**	**0,00%**	**0,00%**
5	Idade média de aposentadoria	N/A	N/A	N/A

G.	Base de dados utilizada na mensuração do passivo de fim de ano	31/dez/20	30/set/20	30/jun/20
1	Data efetiva	31/dez/20	31/ago/19	31/ago/19
2	Participantes ativos (passivo principal)	52	102	102
3	Participantes Assistidos / Beneficiários em gozo de benefício	584	553	553
	3.a. Aposentados	372	336	336
	3.b. Pensionistas	212	217	217
4	Número total de participantes	636	655	655
H.	**Período de amortização**	**31/dez/20**	**30/set/20**	**30/jun/20**
1	Média esperada de vida de trabalho restante	1,00	1,00	1,00
2	Duration da obrigação (utilizada para determinar a taxa de desconto)	8,26	10,35	10,58
J.	**Outras premissas atuariais materiais (Descrição):**	**31/dez/20**	**30/set/20**	**30/jun/20**
1	Rotatividade projetada dos empregados	N/D	N/D	N/D
2	Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 B (Male)	AT-2000 B (Male)	AT-2000 B (Male)
3	Tábua Entrada em Invalidez	Hunter	Hunter	Hunter
4	Tábua de Mortalidade de Inválidos	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss

5	Composição familiar	Família Padrão Portus	Família Padrão Portus	Família Padrão Portus

4.41.5. Equacionamento do Déficit Atuarial

O equacionamento do déficit está sendo realizado de acordo com um plano proposto pelo PORTUS, nos termos e condições descritos na **Nota 4.28**, aprovado pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração da Companhia.

4.42. MAIOR E MENOR REMUNERAÇÃO

Na forma do item 4, alínea "c", da Exposição de Motivos nº 139 do Ministério da Fazenda, de 17/03/1988, e em atendimento ao art. 1º da Resolução CGPAR nº 03/2010, alínea "e", em dezembro de 2020, a maior e a menor remuneração, assim como a média salarial dos empregados, administradores e dirigentes da Companhia, estão apresentadas na tabela abaixo:

Remuneração	Maior R$	Menor R$	Média R$	Quantidade
Empregados	58254,78	441,30	9557,94	239
Diretores	45260,11	26537,59	31218,22	4
Conselheiros	2943,23	2831,01	2933,43	9

Os valores computados pelo setor de Recursos Humanos são referentes à remuneração, acrescidos das vantagens e benefícios, conforme Resolução CGPAR.

4.43. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Na apresentação da DFC, as informações relativas aos recursos financeiros oriundos do Tesouro Nacional e dos convênios, ambos destinados a investimentos, são classificadas como atividade de financiamento.

4.44. DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

A Demonstração do Valor Adicionado - DVA, está preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

4.45. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

A Companhia apresentou em 2020 a Demonstração de Resultados Abrangentes – DRA, conforme o CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis visando informar quanto os ajustes efetuados no Patrimônio Líquido que não afetaram o resultado líquido do exercício.

São classificados como outros resultados abrangentes, os ajustes decorrentes de: a) ganhos e perdas atuariais e retorno sobre os ativos do plano, excluindo valores considerados nos juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido referente ao Plano pós emprego **(Nota 4.33.3)**; b) outros ajustes **(Nota 4.33.4.1)**.

4.46. PARTES RELACIONADAS

A Companhia é uma empresa pública, controlada pela União Federal, que detém 99,4536837% do capital, e o Estado do Espírito Santo, com 0,5463163% do capital, não possuindo empresas subsidiárias e nem coligadas.

As transações registradas entre a Companhia e seus acionistas são aportes realizados a título de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital – AFAC, destinados às aplicações no programa de investimentos. São dois os tipos de 'AFAC' recebidos pela Companhia: um quando era sociedade de economia mista, e outro, após a sua transformação em empresa pública, em 30/06/2018. Esta distinção é necessária, uma vez que sobre os recursos recebidos, enquanto sociedade de economia mista, incidem encargos financeiros, à taxa Selic, no período compreendido entre as datas de sua liberação e integralização, conforme disposto no Decreto nº 2.673/98. Esses casos estavam sendo contabilizados no Passivo não Circulante e foram transferidos para o Patrimônio Líquido em 31/12/2019. Quanto aos recursos recebidos como empresa pública, destacamos que não incidem encargos financeiros, sendo o seu valor registrado em conta para esse fim, no Patrimônio Líquido, pelo seu valor original **(Nota 4.33.2)**.

Com relação aos dirigentes, abaixo quadro compondo a remuneração individual máxima, mínima e média do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020:

Remuneração/ Honorários + benefícios + encargos	2020		2019	
	Diretoria Executiva	Conselhos Administrativo e Fiscal	Diretoria Executiva	Conselhos Administrativo e Fiscal
Número de membros	4	9	4	9
Valor da maior remuneração individual	45.260	2.943	40.706	3.397
Valor da menor remuneração individual	26.538	2.831	35.142	1.359
Valor médio remuneração individual	31.218	2.933	35.533	2.800

4.47. EVENTOS SUBSEQUENTES

4.47.1. Contratação de empresa de inventário

O contrato nº 34/2020 com a empresa Priori Serviços e Soluções, cujo

Assinado digitalmente pelo DIO - DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO Data: Quinta-feira, 22 de Abril de 2021 às 22:40:50 Código de Autenticação: c440c

objeto trata da contratação do serviço de inventário físico para atualização da base de dados, identificação dos bens do ativo imobilizado (bens móveis próprios e de terceiros, bens pertencentes ao ativo intangível e bens de uso duradouro), exceto bens imóveis, que constituem o acervo patrimonial da Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA, visando à adequação e atualização dos registros do sistema patrimonial, foi assinado em dezembro de 2020.

Em janeiro de 2021, foram realizadas reuniões para abertura dos trabalhos, quando foram discutidos tópicos gerais relacionados ao desenvolvimento da atividade, bem como esclarecidas dúvidas diversas pela Contratada, especialmente quanto ao nível de detalhamento das informações constantes da base de dados do Sistema ERP da CODESA. Conforme cronograma definido, o levantamento de campo está previsto para ser iniciado na segunda semana de fevereiro/2021. A previsão de entrega final dos trabalhos está prevista para junho de 2021.

4.47.2. Processo de desestatização da Companhia

Em 04.02.2021 ocorreu a Audiência Pública Virtual nº 19/2020 – Antaq, com o intuito de obter contribuições, subsídios e sugestões para o aprimoramento dos documentos técnicos e jurídicos tendentes à licitação do projeto de desestatização da Companhia, bem como concessão dos Portos de Vitória e Barra do Riacho.

4.47.3. Recebimento de Negociações com Clientes

A parcela vencida do cliente Hiper Export foi liquidada em 12 de fevereiro de 2021, não constando, nessa data, nenhuma parcela da negociação em aberto por esse cliente.

4.47.4. Acordo Judicial

Após aprovação da Diretoria Executiva (DIREXE) e pelo Conselho de Administração da Companhia (CONSAD), a CODESA celebrou acordo judicial com a empresa Hidrotopo, no valor total de R$ 3.057.024,91, objetivando encerrar o processo judicial nº 0008147-32.2009.8.08.0024. O valor foi liquidado em 12 de fevereiro de 2021.

Vitória (ES) 23 de fevereiro de 2021

Antonio Julio Castiglioni Neto
Diretor presidente

Jean Ricardo Alves Duque
Diretor de Administração e Finanças

João Augusto da Cunhalima
Diretor de Infraestrutura e Operações

Bruno Luciano Fardin
Diretor de Planejamento e Desenvolvimento

Kátia Lima Marinato
Coordenadora de Contabilidade

5. RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Acionista, bem como aos Conselheiros, Diretores e demais Administradores da COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO - CODESA
EMPRESA PÚBLICA DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL INDIRETA E INDEPENDENTE DO OGU
Av. Getúlio Vargas nº 556 - Centro – Vitória/ES – CEP.: 29.010-945
CNPJ(MF) n° 27.316.538/0001-66 - Site: http://www.codesa.gov.br
Prezados Senhores,

I – INTRODUÇÃO

Examinamos as demonstrações contábeis da COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO - CODESA que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

II – OPINIÃO SEM RESSALVA

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO - CODESA em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

III – BASE PARA OPINIÃO SEM RESSALVA

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

IV – PRINCIPAIS ASSUNTOS DE AUDITORIA – PAA's

Os Principais Assuntos de Auditoria (PAA's) são aqueles que, reputamos de maior relevância em função de sua materialidade financeira ou sua complexidade operacional, conforme o caso, a partir de nosso julgamento profissional, os quais foram considerados os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis tomadas em conjunto com as notas explicativas e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

i) Provisão para perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (Nota Explicativa nº 5 e 6)

Conforme divulgado em notas explicativas nºs 5 e 6 às demonstrações contábeis, para fins de constituição da provisão e mensuração das Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, a CODESA aplica os preceitos da NBC TG 48 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração bem como em sua metodologia própria concebida internamente, para determinar a melhor estimativa de perdas da carteira. Devido à relevância das operações de crédito e ao grau de julgamento relacionado à estimativa de provisão para perdas, consideramos que este é um dos principais assuntos de auditoria.

√ Como nossos auditores abordaram esse assunto?

Nossa abordagem de auditoria considerou, dentre outros, os seguintes procedimentos: inicialmente avaliamos os controles internos aderentes à constituição da provisão para perdas propriamente dita, posteriormente, também avaliamos os controles gerais e adjacentes, notadamente, aqueles vinculados à governança de tecnologias da informação considerando a segurança e confiabilidade dos controles chaves relativos aos processos de mensuração da provisão e das principais premissas utilizadas no cálculo da aludida provisão para perdas. Remotamente com base em mecanismos de triangulação de dados por amostragem também avaliamos se a CODESA atendeu as premissas relacionadas com a apuração da provisão para perdas atentando se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis, descritas nas notas explicativas de nºs 5 e 6, são pontuais em relação ao arcabouço normativo pertinente. Arrimados nas evidências de auditoria apropriadas, obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos adequado o nível de provisionamento em relação ao previsto nas políticas internas e as divulgações no contexto das demonstrações contábeis, notadamente porque observa integralmente o princípio da prudência com uma postura bastante conservadora.

ii) Benefícios a empregados (Notas Explicativas nºs 2.18 e 31)

A CODESA é uma das patrocinadoras do Plano Básico Previdenciário 1 - PBP1, CNPB nº 1978.0005-29, administrado pelo PORTUS – Instituto de Seguridade Social, entidade fechada de Previdência Complementar – EFPC que está estruturado na modalidade de benefício definido. O plano tem por característica contribuições mensais, em benefício dos empregados, sendo custeado na mesma proporção pela Companhia e pelos empregados O passivo reconhecido no balanço patrimonial relacionado ao plano de aposentadoria de benefício definido é o valor presente da obrigação na data do balanço menos o valor de mercado dos ativos do plano, ajustado: a) por ganhos e perdas atuariais; b) pelas regras de limitação do valor do ativo apurado; e c) pelos requisitos de fundamentos mínimos. A obrigação de benefício definido é calculada por atuários independentes usando-se o método de crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é calculado mediante o desconto das saídas futuras de caixa, utilizando-se as taxas de juros que condizem com o rendimento de mercado, as quais são representadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de aposentadoria. Os ganhos e as perdas atuariais são debitados ou creditados diretamente em outros resultados abrangentes no período em que ocorreram. As contribuições são reconhecidas como despesas no período em que são devidas. Em 2019 a Companhia reconheceu no Passivo não circulante o valor de R$ 156.378.633 referente a provisão de déficit atuarial relativo ao Plano de Previdência Complementar, denominado PBP1, de benefício definido, junto ao Instituto PORTUS, conforme estudo realizado por consultoria atuarial independente que considerou a redução de benefícios aprovada pelos Participantes e Patrocinadora, para o equacionamento do déficit atuarial de acordo com os critérios previstos no CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados. Trimestralmente os valores do déficit atuarial são atualizados pela consultoria atuarial. Em junho de 2020, dentro de uma ampla negociação envolvendo todas as Patrocinadoras do PBP1 para o equacionamento do déficit atuarial, conforme disposto no artigo 21, da Lei Complementar 109/2001, foi firmado o Termo de Compromisso Financeiro – TCF, entre a Companhia e o Instituto Portus, no valor de R$84.982.162, **(Nota 4.28)**, estando a dívida reconhecida parte no passivo circulante e parte no passivo não circulante. Conforme estudos atuariais realizados pela consultoria atuarial independente Rodarte, foram contabilizados ajustes em Outros resultados abrangentes (ORA) e ajustes de provisão de déficit atuarial conforme tabela:

Os controles internos aderentes requerem a manutenção de uma complexa base de dados dos beneficiários e a determinação de premissas adequadas ao seu manejo com significativo grau de subjetividade, tais como: taxas de desconto, de inflação, crescimento dos custos médicos, taxa de permanência e de mortalidade.

√ Como nossos auditores abordaram esse assunto?

Nossa abordagem de auditoria considerou, dentre outros, os seguintes procedimentos: Com o auxílio de nossos especialistas atuários, obtivemos entendimento das metodologias e julgamentos utilizados pela administração na determinação das premissas aplicadas ao cálculo das obrigações e sua consistência com os parâmetros de uso comum no mercado, cotejando sua adequação com o regramento emanado da NBC TG 33 (R2) – Benefícios a Empregados. Realizamos análises de sensibilidade considerando diferentes cenários das principais premissas utilizadas, tais como: as principais hipóteses econômicas, financeiras, biométricas e demográficas de maior relevância admitidas na avaliação atuarial. Em relação ao Resultado Atuarial analisamos a evolução do custeio, a variação das provisões matemáticas, principais riscos atuariais e possíveis soluções. Como resultado entendemos que os critérios e premissas adotados pela administração são razoáveis, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações contábeis em tela.

iii) Provisões para demandas judiciais - tributárias, cíveis e trabalhistas (Nota Explicativa n° 30)

Conforme divulgado em nota explicativa de nº 30 a CODESA é parte envolvida em diversos processos de natureza tributária, cível e trabalhista decorrentes do curso normal dos negócios. As estimativas de perdas são avaliadas periodicamente pela Administração, que leva em consideração a opinião dos Assessores Jurídicos que patrocinam aludidas demandas judiciais. Algumas leis e regulamentos no Brasil tem elevado grau de

Assinado digitalmente pelo DIO - DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO Data: Quinta-feira, 22 de Abril de 2021 às 22:40:50 Código de Autenticação: c440ca4

complexidade o que aumenta o risco inerente ao litígio. Assim sendo, a avaliação da exposição, a mensuração, reconhecimento e divulgação das provisões e seus passivos contingentes, relativos a esses processos requer significativo grau de subjetividade no julgamento profissional, o que pode resultar em mudanças substanciais nos saldos das provisões a quando fatos novos surgem ou à medida que os processos são analisados em juízo, conforme ocorrido neste exercício. Uma vez que provisões para demandas judiciais envolvem julgamento da Administração, ainda que com apoio de Assessores Jurídicos, consideramos este tema um dos principais assuntos de auditoria, também levando em consideração o volume dos processos existentes e a relevância dos valores envolvidos. Mudanças nos prognósticos e/ou julgamentos críticos da Administração sobre as probabilidades de êxito podem trazer impactos relevantes nas demonstrações contábeis.

√ Como nossos auditores abordaram esse assunto?

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envio de cartas de circularização para os advogados na data-base de 31 de dezembro de 2020, analise histórica e comparativa de causas similares, pesquisa através de inteligência robótica que busca pelo CNPJ(MF) diretamente junto aos "sítios" dos diversos Tribunais, o registro de ações impetradas, por ventura ainda não citadas ao polo passivo para cotejamento da efetividade operacional e implementação dos controles internos relacionados à identificação, à avaliação, à mensuração e à divulgação das Provisões e Passivos Contingentes. Supletivamente, com base em testes de substância e de observância, avaliamos a suficiência das provisões reconhecidas e dos valores de contingências divulgados, por meio da avaliação dos critérios e premissas utilizadas e metodologia de mensuração, considerando ainda a avaliação dos Assessores Jurídicos, bem como mediante dados e informações históricas acerca de mérito e jurisprudência a serem consideradas. Este trabalho incluiu também analisar se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis estão de acordo com as regras aplicáveis, segundo o arcabouço normativo do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, notadamente a NBC TG 25(R2) e, se fornecem informações sobre a natureza, a exposição e os valores provisionados ou divulgados, relativos aos principais assuntos fiscais, cíveis e trabalhistas em que a Empresa está envolvida. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as provisões para demandas judiciais - tributárias, cíveis e trabalhistas, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas adotados para a determinação da probabilidade de perda associada as causas, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 30, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis.

V – OUTROS ASSUNTOS – RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A administração da CODESA é responsável por essas informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo considerar se esse quando tomado em conjunto com as demonstrações contábeis e notas explicativas está, de forma relevante, inconsistente com as precitadas demonstrações ou com o cenário econômico-financeiro observado na auditoria ou, de outra forma aparenta estar distorcido de forma relevante. Se com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Neste sentido não temos nada a relatar.

VI – DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA

A demonstração do valor adicionado (DVA), e referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da CODESA, e apresentada como informação suplementar para fins com as práticas contábeis adotadas no Brasil, foi submetida a procedimentos de auditoria executados com a auditoria das demonstrações contábeis da CODESA. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

VII – RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA CORPORATIVA PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da CODESA continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a CODESA ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da CODESA são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

VIII – AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentadas exclusivamente para fins de comparabilidade, foram examinadas por outros auditores independentes, cujo relatório foi emitido em 26 de março de 2020, sem modificação de opinião.

IX – RESPONSABILIDADE DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

√ Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

√ Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da CODESA.

√ Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

√ Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a CODESA a não mais se manter em continuidade operacional.

√ Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

√ Coligimos farta, apropriada e suficiente evidências de auditoria associadas às informações financeiras das entidades correlacionadas, bem como da natureza do negócio e objeto social da CODESA, propiciando-nos expressarmos uma opinião isenta e abalizada sobre aludidas demonstrações contábeis tomadas em conjunto com as notas explicativas e relatório da administração, e, consequentemente somos responsáveis pela direção, supervisão, execução e controle de qualidade no desempenho da auditoria, mesmo considerando que significativa parcela do trabalho foi efetuada remotamente, em função das restrições e do distanciamento decorrentes da pandemia do COVID 19, consequentemente somos responsáveis pela opinião de auditoria exarada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do período corrente, e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública de um assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deveria ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação poderiam, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Recife/PE, 05 de março de 2021

AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC/PE 000150/O "S"ES

Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira
Contador – CRC/PE 010483/O-9 "S"ES Sócio Sênior – CNAI 1592

Phillipe de Aquino Pereira
Contador - CRC/PE 028157/O-2 "S"ES – CNAI 4747

Thomaz de Aquino Pereira
Contador - CRC/PE 021100/O-8 "S"ES – CNAI 4850

6. PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO – CODESA, cumprindo o disposto no inciso V, art. 142, da Lei nº 6.404/76, e art. 61, incisos IV, V, VI, VII, XXXVII, XLV e LII do Estatuto Social, tendo examinado o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, e com base no Relatório dos Auditores Independentes, bem como manifestação do Comitê de Auditoria

Assinado digitalmente pelo DIO - DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO Data: Quinta-feira, 22 de Abril de 2021 às 22:40:50 Código de Autenticação: c440c

Estatutário – CAE, considerando, ainda, as manifestações exaradas por todos os participantes presentes à 561ª Reunião, de 19 de março de 2021, e que não houve apontamento de falhas, erros e/ou fraudes nas contas apresentadas, até o momento, manifesta-se favoravelmente pelo encaminhamento do Relatório da Administração, relativo ao exercício de 2020, ao Conselho Fiscal, bem como as Demonstrações Contábeis, que, conforme os Auditores Independentes, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, sem nenhum apontamento de ressalvas, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Informa-se ainda que não haverá destinação de parte do lucro e provisionamento para o Programa de Lucro e Resultados – PLR, face ao prejuízo contábil acumulado. Após manifestação Colegiada do CONFIS, o Conselho determina o encaminhamento dos documentos, na forma da Lei, à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

Vitória - ES, 19 de março de 2021

Mariana Pescatori Candido Da Silva
Presidente

Henrique Amarante Da Costa Pinto
Membro

Daniel Rodrigues Aldigueri
Membro

Davi Emery Cade
Membro

Paulo Vieira Pinto
Membro

Moacir Rezende Cordeiro
Membro

Mario Natali
Membro

7. PARECER DO CONSELHO FISCAL

O CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO – CODESA, em sua 482ª Reunião Extraordinária realizada nesta data, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei nº 6.404/1976, e pelo Art. 105, inciso II, do Estatuto Social da Companhia, examinou o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, à vista do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis, de 05/03/2021, da empresa AUDIMEC Auditores Independentes S/S, sem ressalvas, elaborado de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e do Relatório Anual Resumido do Comitê de Auditoria Estatutário (CAE) referente ao Exercício de 2020, de 08/03/2021. Considerando, ainda, a manifestação prévia favorável do Conselho de Administração da Companhia quanto ao teor dos documentos "Relatório da Administração 2020" e "Demonstrações Contábeis 2020", conforme Parecer de 19/03/2021, lavrado por ocasião de sua 561ª Reunião, e, ainda, as informações gerenciais, financeiras, contábeis e orçamentárias disponibilizadas, OPINA, por unanimidade, que os referidos documentos societários refletem adequadamente, em todos os seus aspectos relevantes, a situação patrimonial, financeira e de gestão da Companhia Docas do Espírito Santo – CODESA, nos limites de suas competências estatutárias e regimentais, os quais estão em condições de serem submetidas à Assembleia Geral para a apreciação dos Acionistas. Adicionalmente, por unanimidade, manifesta-se favorável à submissão da proposta de destinação de resultados do exercício, à Assembleia Geral dos Acionista, na forma apresentada pelo Conselho de Administração, tendo em vista a estrutura de capital e situação financeira da Companhia". Registrou, ainda, que conforme entendimentos firmados com o Dr. Procurador Júlio Cesar Gonçalves Correa, Coordenador Geral da Representação Extrajudicial da Fazenda Nacional, considerando a impossibilidade de coleta mecânica das assinaturas dos Conselheiros, face à necessidade de realização de reunião por videoconferência, em função da crise ocasionada pela pandemia do coronavírus, amplamente divulgada na mídia mundial, o Parecer do Conselho Fiscal, aprovado por unanimidade pelos seus membros na 482ª Reunião Extraordinária, de 29 de março de 2021, seguirá assinado pela Secretária dos Conselhos, Srtª Danièlle Dutra Neitzel, devendo o documento original, assinado por todos os membros do Conselho Fiscal ser juntado a este Parecer, após a coleta das assinaturas.

Vitória - ES, 29 de março de 2021

Disney Barroca Neto
Conselheiro-Presidente

Maria Betânia Gonçalves Xavier
Conselheira

Luciano Fávaro Bissi
Conselheiro

Protocolo 663712

Quer fazer uma publicação?
Acesse: www.dio.es.gov.br
IMPRENSA OFICIAL/ES